



Início
às 10h02min

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO
DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS
PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 18 DE MAIO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há número regimental.

Declaro aberta a reunião da 12ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Peço aos parlamentares que registrem suas presenças. (Pausa.)

Encontram-se presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Fábio Félix, o deputado Hermeto e a deputada Jaqueline Silva.

Lembro aos deputados presentes que só os membros titulares podem votar. Os deputados suplentes votam quando os titulares não estiverem participando da reunião e suas ausências tiverem sido formalmente comunicadas.

Comunico que, a partir de hoje, a Coordenadoria de Polícia Legislativa – Copol fará o isolamento dos assentos destinados aos deputados dispostos no plenário para uso exclusivo dos parlamentares, dos advogados que estiverem acompanhando os depoentes e das autoridades autorizadas por esta presidência.

Passemos aos expedientes.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

– [Ata da 11ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de maio de 2023.](#)

Tendo em vista que a ata foi distribuída aos parlamentares, indago se alguém tem algum pedido de alteração da ata. (Pausa.)

Não havendo, nós vamos submetê-la ao voto.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando a ata; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

A referida ata obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada.

Pergunto ao deputado Hermeto se há algum comunicado a fazer a esta CPI.

DEPUTADO HERMETO – Não. Nenhum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos aos requerimentos administrativos para discussão e votação.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a pauta disponibilizada por esta comissão parlamentar de inquérito.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 153/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que "Requer a convocação de Mauro Cesar Barbosa Cid para prestar depoimento a respeito dos atos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022 e 8 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 2:

"Discussão e votação do Requerimento nº 156/2023, de autoria do deputado Hermeto, que "Requer o convite para oitiva do Senhor Marco Edson Gonçalves Dias, Ex-Ministro de Estado Chefe do GSI/PR, para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 157/2023, de autoria do deputado Thiago

Manzoni, que "Requer ao Ministério do Turismo cópias das fichas de registro de hóspedes que estiveram hospedados nos hotéis do Setor Hoteleiro Sul e Norte de Brasília entre os dias 08 e 14 de dezembro de 2022".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos senhores deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota "sim".

O requerimento obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

Vamos à oitava do depoente, senhor general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto. (Pausa.)

Quero convidar para a nossa bancada, o presidente desta casa, deputado Wellington Luiz. V.Exa., por favor, compareça aqui. (Pausa.)

O senhor trouxe advogado que o acompanha ou não? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deixe-me abrir o microfone.

General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e como tal tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer em crime previsto no art. 342 do Código Penal. Apesar disso, caso o senhor entenda que tenha envolvimento com os fatos criminosos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por advogados. O senhor já disse que não trouxe advogado.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Informo que os deputados terão 25 minutos para fazer seus questionamentos, e os deputados suplentes terão 15 minutos, ao final do depoimento.

General Gustavo Henrique Dutra de Menezes, o senhor ocupava qual posto no Exército Brasileiro no dia 8 de janeiro de 2023? Desde quando ocupava esse cargo e quais as atribuições do cargo?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Chico Vigilante, presidente desta CPI; deputado Hermeto, relator; deputado Fábio Félix, vice-presidente; deputada Jaqueline, que forma a nossa mesa; deputado Wellington, presidente desta casa; senhores deputados; senhoras deputadas; senhores e senhoras aqui presentes; eu fui comandante militar do Planalto entre os dias 8 de abril de 2022 e 23 de março de 2023. Se o senhor me permite 30 segundos para explicar o que é o Comando Militar do Planalto...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor terá o tempo que achar necessário para explicar.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Muito obrigado, presidente. Bom, de acordo com as características geográficas dos estados da nossa Federação, o Exército divide o

nosso espaço territorial em comãndos militares de área. E esses comãndos militares de área são em número de 8. E o Comando Militar do Planalto é um desses comandos militares de área, que tem sob sua responsabilidade o Distrito Federal e as tropas localizadas no Distrito Federal, nos estados de Goiás e Tocantins e no Triângulo Mineiro. Então, basicamente o comando militar de área tem a obrigação de verificar o preparo, a instrução das organizações militares localizadas em sua área de jurisdição e prover os meios logísticos e administrativos para que essa instrução ocorra. Então, basicamente é isso o Comando Militar do Planalto e, no período de 8 de abril de 2022 a 23 de março de 2023, eu tive a honra de ser o comandante dessa importante área do nosso Exército.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

General, o senhor é amigo pessoal ou mantém algum tipo de relação com os generais Augusto Heleno e Braga Netto ou com o ex-presidente da república Jair Bolsonaro? Após as eleições de 2022, o senhor esteve ou foi procurado por algum deles em alguma oportunidade para discutir essas ações antidemocráticas?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, é importante eu explicar. O Exército é uma instituição nacional muito grande, mas tem seus muros baixos. Então, todos nós nos conhecemos. Com certeza, eu conheço o general Heleno, o general Heleno é uma referência, um oficial general de quatro estrelas, que comandou área, que foi chefe de gabinete do comandante do Exército. Ele foi chefe de gabinete do comandante do Exército em 2007. Naquela época, eu era da assessoria parlamentar do gabinete do comandante do exército. Então, tive a oportunidade de ser comandado pelo general Heleno. Então, o conheço. O general Braga Netto era comandante da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, em 2014. Eu era chefe do Estado-Maior da 1ª DE no Rio de Janeiro. Então, também o conheço. E o presidente Bolsonaro foi presidente da República, eu também o conheço. Não tenho contato pessoal com nenhum deles e tenho esse contato funcional motivado pelo Exército.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Dutra, a mídia em geral divulgou, nos últimos dias, conversas encontradas pela Polícia Federal em aparelhos celulares de assessores do ex-presidente Jair Bolsonaro dos quadros das Forças Armadas, nas quais eles tramavam um golpe. Em um dos trechos das conversas, os interlocutores – ex-militar Ailton Barros e tenente-coronel Cid – falam em pressionar o comando do Exército Brasileiro – à época, general Freire Gomes – a liderar um movimento golpista. Indago: o senhor foi procurado ou cooptado para fazer parte desse plano divulgado?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, tive conhecimento dessas conversas – acredito que – no mesmo momento em que o senhor, pela imprensa. E nunca tive contato com o Ailton; e, com o Cid, eu não falo com ele há bastante tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o Comando de Operações Especiais de Goiânia é subordinado ao Comando Militar do Planalto? Se sim, à época do acampamento em frente ao quartel-general, ele era subordinado ao senhor?

O comandante dessa força especial era o general Carlos Pimentel. O senhor ficou sabendo se alguém o teria cooptado para dar um golpe no regime democrático usando esse batalhão?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma. Não tivemos nenhum tipo de conversa nesse nível, nenhum boato, absolutamente nada nesse sentido que o senhor perguntou, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, a área ocupada pelos manifestantes em frente ao quartel é de responsabilidade do Exército ou do Distrito Federal? Afinal, quem detinha o poder para desmontar aquele acampamento?

Segundo o coronel Naime, em diversas oportunidades, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mobilizou o pessoal para esvaziar aquele local. E, segundo membros da Secretaria de Segurança Pública, eles foram impedidos pelo Exército Brasileiro. Caso o Exército Brasileiro realmente tenha impedido a retirada dos manifestantes, de quem partiu essa ordem? Foi do senhor, general?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Em nenhum momento houve...

Primeiro eu gostaria de esclarecer que o CMP e a Secretaria de Segurança Pública têm um relacionamento extremamente próximo. Um relacionamento que, ao longo do ano passado, 2022, foi um relacionamento muito profícuo, um relacionamento de muita coordenação, de muita sinergia. Trabalhamos juntos em diversos eventos, com destaque para o evento do Sete de Setembro – que os senhores devem lembrar, que foi um megaevento aqui na nossa cidade de Brasília – e também para a posse presidencial – que foi outro evento de bastante magnitude. Sempre trabalhamos com muita sinergia, com muita coordenação e com muita amizade. Então, a área do SMU que o senhor perguntou é uma área de servidão militar, é uma área que está próxima dos quartéis, é uma área que tem a jurisdição do GDF, com responsabilidade administrativa do Exército Brasileiro. É uma área em que, quando as atividades ali desempenhadas atrapalham o dia a dia do quartel ou a sua rotina, o Exército tem autorização para intervir. Quando não acontece isso, isso daí não é atribuição do Exército. Inclusive, logo que as manifestações tiveram início, lá no dia 31 – podemos dizer – de outubro, nós já fizemos a primeira coordenação com a Secretaria de Segurança Pública. Enviamos um ofício. Esse ofício foi amplamente divulgado pela mídia. Presidente, eu gostaria de solicitar ao senhor autorização – tudo que eu vou falar para o senhor está documentado –, se o senhor aceitar, eu gostaria de, ao término desta nossa oitava, deixar com o senhor um conjunto de documentos que tem as ordens, tem as documentações, tem os ofícios que foram... Aqui estão. Se o senhor aceitar, ficarão com a CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, esses documentos são muito bem-vindos, porque o senhor hoje vai ter oportunidade – eu vou passar dois vídeos aqui, em seguida – de deixar alguns fatos claros, para que esta CPI forme opinião sobre de quem foi a responsabilidade pela manutenção daquele acampamento.

O senhor e os seus assessores devem ter acompanhado, ao longo dos depoimentos aqui realizados, que estão jogando a responsabilidade toda em cima do Comando Militar do Planalto! Estão dizendo que não tiraram o acampamento porque o comando não deixou.

Portanto, eu vou passar os dois vídeos e, depois, eu quero que o senhor aprofunde mais ainda as explicações para que possamos, efetivamente, descobrir quem foi que impediu a retirada daquele acampamento.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou passar os vídeos.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse vídeo é do UOL.

Peço que passem o próximo vídeo, que viralizou.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, eu passei esses 2 vídeos porque eu gostaria de saber do senhor se esse rapaz que está fardado, dizendo que é sargento do Exército, é sargento mesmo. Gostaria de saber de quem ele recebeu a ordem para fazer isto? Ele deu a ordem para desocuparem o local, tirarem as barracas em 72 horas. Ele disse: “Olha, retirem. Não vai haver mais acampamento. Manifestação pode haver” – e ele está certo, a Constituição autoriza isso –, “mas barraca não”.

Ele foi mandado pelo Exército ou foi coisa da cabeça dele?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, lá nas operações especiais, a gente diz que a sorte acompanha os audazes. Eu procurei esse vídeo para trazer para os senhores aqui e não o encontrei. Nós tentamos o tempo todo, desde o início, desmotivar o acampamento. Nós estabelecemos... Eu gostaria de deixar bem claro que o Exército é uma instituição extremamente preocupada com a dignidade humana, extremamente preocupada com a preservação da vida, extremamente preocupada com o cumprimento legal das atividades. E nenhuma instituição que tinha a obrigação ou tinha o poder ou tinha a capacidade de dizer que aquele acampamento era ilegal o fez. Então, em nenhum momento aquele acampamento podia incomodar, não incomodar – não vou entrar nesse mérito. Mas nenhuma instituição disse: “Esse acampamento é ilegal”, e nós resolvemos estabelecer o que

nós chamamos de estratégia indireta para desmobilizar o acampamento. Desde o início, estabelecemos regras, limitamos os acessos, limitamos a logística e, pouco a pouco... Eu poderia aqui dizer para o senhor que houve fases. Um primeiro momento, em novembro, quando o acampamento estava bem frequentado, bem frequentado que eu digo é que tinha muita gente o frequentando. Houve um ápice – eu não sei se o senhor acompanhou – de cerca de 100 mil pessoas no SMU no dia 15 de novembro e o Comando Militar do Planalto – 100 mil pessoas, 100 mil pessoas no dia 15 de novembro – e o comando militar manteve a integridade do patrimônio público, manteve a integridade do SMU. Porque também eu tenho que dizer para os senhores que o SMU – vou chamar de bairro – é um bairro em que moram cerca de 10 mil pessoas. É um bairro onde tem igreja, é um bairro onde tem hospital, é um bairro onde tem clube, é um bairro onde tem colégio. Então, nós tínhamos a obrigação de manter aquele bairro funcionando. Depois, em dezembro, com a diplomação do presidente, o acampamento foi diminuindo, e nós aproveitamos essa desmotivação das pessoas para intensificar as medidas de restrição ao acampamento – e começamos. Esse militar estava lá orientado por nós e ele estava lá com a ideia-força: Vá passar seu Natal em casa. Era essa a ideia: vá para casa. Já deu. Perdeu o motivo. A manifestação, ninguém disse que é ilegal; mas não tem mais razão de ser.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele foi mandado pelo senhor?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Foi mandado pelo CMP.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim. Pelo Comando Militar do Planalto?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Então, ele estava lá falando, e nós, estrangulando a logística. Tanto é que tem uma matéria do próprio grupo UOL – que o senhor mostrou o primeiro vídeo que foi do dia 9. Aquele primeiro vídeo é do dia 9, da desocupação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Se eu não me engano, o próprio jornalista – aí eu não tenho 100% de certeza –, mas foi do grupo UOL, que o senhor... Eu trouxe e está aqui nesses documentos. No dia 6 de janeiro, saiu uma matéria no grupo UOL com o seguinte título: "*Comendo pelas beiradas, Exército desmobiliza acampamento*". E o jornalista escreve: "No acampamento, hoje, tem de 100 a 150 pessoas. Não tem mais água, não tem mais estrutura logística. Conversei com o sargento, ele disse que a ordem é desmontar a barraca, que o acampamento provavelmente, na semana que vem, acaba". Está mais ou menos isso escrito na matéria do UOL. Então, nós estávamos, de certa maneira, preocupados com a preservação da vida humana, preocupados com a dignidade da pessoa e estávamos desmontando o acampamento. Se não houvesse aquele lamentável 8 de janeiro, aquela coisa fatídica com a qual todos nós estamos tristes e extremamente decepcionados – não entendo como um grupo de pessoas faz um ato de vandalismo daquele –, na semana do dia 9, o acampamento acabaria naturalmente, sem nenhuma pessoa machucada. Sem nenhuma pessoa machucada. Então, nós estávamos... É importante frisar que em outras cidades do Brasil como, por exemplo, Belém, no Pará, houve ordem judicial para desmontagem do acampamento, e imediatamente o acampamento foi desmontado. Tem documentos. O tempo todo o CMP recebeu orientações do Ministério Público Federal, orientações do Ministério Público Militar e nenhuma instituição deu ordem judicial: "Desmonta". Muito pelo contrário, nunca trataram o acampamento como ilegal. Trataram as ilegalidades que porventura ocorressem no acampamento, e essas ilegalidades foram combatidas constantemente. Que ilegalidades seriam essas? Furto de energia elétrica – o famoso "gato" –, furto de água, comércio ilegal. O comércio ilegal, nós tiramos totalmente do acampamento no final do mês de novembro porque, em determinado momento, o acampamento estava virando uma feira, e isso era inadmissível. No final do mês de novembro, nós acabamos com qualquer comércio ilegal ali; e o furto de água e luz, nós combatíamos. Era, como se diz, uma corrida do gato contra o rato: a gente combatia, eles ligavam novamente; mas, em nenhum momento, eles tiveram vida fácil nesse aspecto. Então, presidente, era uma estratégia indireta de cansar – a estratégia indireta é realmente um pouco mais longa. Quando nós partimos para a estratégia do confronto, ela é mais rápida, mas ela

pode ter danos para a integridade das pessoas. E, como não havia uma ordem, nós não fazíamos assim, fizemos de maneira a desmotivar. Eu gostaria, já que o senhor mostrou um vídeo... O senhor me permite mostrar um vídeo também?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sem dúvida. O senhor terá autorização para exibir quantos vídeos o senhor quiser, porque nós temos um objetivo aqui.

Até hoje, até a vinda do senhor a esta CPI – existe o fato e existe a versão do fato, o senhor sabe disso –, até o início do seu depoimento, a versão do fato é que o Exército Brasileiro tinha impedido a desmontagem e tinha protegido o acampamento. O senhor está desmontando a versão do fato e mostrando o fato do jeito que ele é. Isso é muito importante para esta CPI, porque, a partir do momento em que tivermos certeza disso – e o senhor está demonstrando que não foi o Exército Brasileiro que permitiu e impediu que o acampamento fosse desmontado –, vamos encontrar quem não quis desmontar o acampamento.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, inclusive, eu volto a dizer: a Secretaria de Segurança Pública e o CMP trabalharam de maneira harmônica, o tempo todo. Eu tenho profundo respeito pelo doutor Júlio Danilo, antigo secretário de segurança pública; profundo respeito pelo coronel Fábio Augusto. Inclusive, estou muito triste com o que está acontecendo com ele. Eu classifico como uma injustiça, uma maldade. É um cara extremamente profissional, trabalhamos juntos durante um ano em diversos eventos – como eu disse, o CMP e a Secretaria de Segurança Pública têm muito contato –, e sempre foi em um espírito de total lealdade, camaradagem, cooperação e sinergia. Então, o que acontece, e o senhor vai verificar aqui, havia os protocolos de ação integrada, e tem se falado muito no dia 29 de dezembro. Presidente, está aqui o Protocolo de Ação Integrada nº 215, que eu recebi por intermédio de um ofício assinado pelo secretário de segurança pública no dia 28 de dezembro e diz: “Encaminhe o protocolo de ação integrada para as ações, para o combate ao ilícito e desmontagem de estruturas vazias”. Esse era o objetivo da operação. E essa operação, ela não aconteceu totalmente porque, realmente, em determinado momento, houve um acirramento dos ânimos contra os agentes do DF Legal. O DF Legal é uma instituição extremamente importante aqui no Distrito Federal, que eu tenho certeza que cumpre um papel muito fundamental para o governo. No entanto, no vulgar, é o “rapa”. Então, onde eles chegam são recebidos... Então, houve um acirramento dos ânimos. E eu quero dizer: nós estávamos combatendo o ilícito o tempo todo. A presença do DF Legal, naquele dia 29, era para facilitar, porque o que acontece é que o acampamento estava diminuindo. Como eu falei para os senhores, nós estávamos utilizando a estratégia indireta e desmontando o acampamento. O acampamento, no final de dezembro, já estava bastante vazio, presidente, mas tinha muita estrutura montada. Então, a fotografia não mudava, porque tinha aqueles toldos de 10x10 ou 15x15, que, na medida em que as pessoas saíam... Nós estávamos verificando que as pessoas saíam, mas, quando o senhor tirava uma fotografia, as estruturas estavam lá. Então, a imagem – porque a imagem vale mais que mil palavras –, a imagem não estava mudando. Então, nós temos que desmontar. E eu tenho foto aqui dos militares desmontando. Só que acontecia um fato interessante: a Praça dos Cristais estava totalmente fechada para o trânsito de viaturas de apoio logístico e ônibus. Então, os manifestantes, para chegarem à Praça dos Cristais, eles tinham que chegar a pé, presidente. E, na medida que nós mandávamos desmontar as barracas – e eles não desmontavam –, o que nós fazíamos? Nós desmontávamos. Aí nós desmontávamos e recolhíamos essa barraca para o pátio de um dos nossos quartéis. Aí o dono daquela barraca... Quando eu falo “barraca”, eu quero que os senhores entendam um toldo de 10x10 ou 15x15, uma estrutura grande, pesada, que dá trabalho para desmontar, dá trabalho para transportar. Nós levávamos para o pátio de um dos quartéis. Lá no pátio dos quartéis, o manifestante tinha acesso com a viatura dele, com o caminhão, chegava lá e buscava a barraca. Então, nós pedíamos ao DF Legal para que aquele material fosse confiscado ou fosse multado, como, durante o período do acampamento – com o apoio total da Secretaria de Segurança Pública, repito, um trabalho extremamente sinérgico – tivemos diversas pessoas multadas pelo Detran, rebocadas, porque nós tínhamos o contato, solicitávamos ou eles iam, verificavam e rebocavam aquele carro, multavam aquele carro, e assim por diante. Então, nós pedimos ao DF Legal... Porque o Exército não tem atribuição legal para confiscar aquele material. Se o DF Legal fosse, o DF Legal poderia confiscar aquele material. E aí o dono da outra barraca, vendo que perderia a barraca, ia lá e desmontava.

Então, era essa a ideia de manobra. E, no dia 29, era também uma manobra para desmontar as estruturas vazias. O acampamento já estava bem vazio. Aconteceu uma coincidência de, do dia 28 para o dia 29 – eu não sei exatamente o porquê –, mas, na noite de 28 para 29, chegou muita gente. Então, na manhã do dia 29, o acampamento, que, até então, estava amanhecendo com 300, 400 pessoas, naquela manhã do dia 29, já tinha em torno de umas mil, mil e poucas pessoas. E, quando o DF Legal chegou e começou a fazer o seu trabalho, houve um acirramento dos ânimos. Esse acirramento dos ânimos fez com que, ali na Praça dos Cristais – eu tenho certeza de que o senhor conhece o SMU, ela é na frente do QG do Exército – e o barulho ficou grande ali, as pessoas gritando, e o comandante do Exército me ligou e disse: “Dutra, o que está acontecendo? Essas desmontagens nunca foram tumultuadas”. E eu: “Rinaldo, está tendo um certo antagonismo aqui com o DF Legal”. E ele disse assim: “Tem ordem judicial para desmontar o acampamento?” Eu disse: “Não, senhor.” “Dutra, hoje é dia 29. A posse é daqui a 2 dias. Não pode ter problema nesse momento. Agradece à Polícia Militar e continua desmontando.” Porque, quando o soldado do Exército desmontava, não tinha problema. Eu mostro a fotografia para o senhor. Mas, com o DF Legal, tinha problema. Então, eu vou pedir a autorização para o senhor, para mostrar um videozinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por favor, pessoal técnico, passem o vídeo nº 1.

O senhor trouxe quantos vídeos? Eu passo todos.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Se o senhor puder começar, por favor, com o das fotografias. Lá do início. Obrigado. Eu mostro para os senhores a evolução. Não era esse, mas vamos aproveitar a oportunidade. Entre o dia 30 de outubro e 12 de dezembro, a diplomação, como estava ali o movimento. Por favor, o próximo. Ali nós começamos a atuar mais intensivamente. Os senhores vejam lá que o estacionamento começou a ser diminuído. Mais um, por favor. Aí, nós desmontando barraca. Como eu falei para o senhor, o nosso soldado desmontando barraca. Isso aconteceu o tempo todo. Mais um, por favor. Aí, o senhor já vê, na primeira semana de janeiro, após a posse do presidente, eu peço para o senhor verificar na foto... Aqui não consigo apontar. Mas, na primeira foto, lá em cima, os senhores veem o estacionamento que estava lotado como já está vazio e a Praça dos Cristais como só está com as estruturas grandes. As estruturas que nós precisávamos de apoio para desmontar. O próximo, por favor. Aí, o senhor vê o mesmo local no dia 2, dia 15 e dia 5. Infelizmente, a gente não sabia do vandalismo que aconteceria no dia 8. Eu tirei a foto no dia 5. Se eu tivesse tirado no dia 6, nessa última foto aqui, nenhuma estrutura que estaria ali naquele terreno estava lá. Já tinha sido tudo tirado. Próximo, por favor. Aí, os senhores podem ver a Praça dos Cristais no dia 15 e a Praça dos Cristais no dia 5. Não tem mais nenhuma estrutura pequena, só tem as estruturas grandes, que a gente precisava de apoio para desmontar. Próximo, por favor. Aí, os senhores verificam o acampamento onde, em determinado momento, no dia 15 de novembro, havia 400 caminhões, 400 cavalos estacionados, e, no dia 5 de janeiro, como estava. E, no dia 6, já não tinha mais nada. Então, nós estamos tendo sucesso, sem machucar ninguém, sem nenhum confronto, simplesmente pelo garroteamento da logística, preservando a vida, preservando a dignidade humana, e não tínhamos ordem judicial. Nós estávamos tirando todo mundo. Próximo, por favor. Aí, o senhor verifica aquela rua que fica paralela à Esplanada. No dia 5, já não tinha mais nada. Próximo, por favor. Aí, é um videozinho do dia 4 e, se o senhor tiver oportunidade, vai ver que, do dia 4 para o dia 5, já se desmontou muita atividade, muita estrutura, melhor dizendo. Então, eu pretendo, com essas fotografias, mostrar para os senhores que nós nunca demos vida fácil para os manifestantes, nós tivemos muita preocupação com a preservação da vida humana e nós, em nenhum momento, recebemos ordem judicial. Quando recebemos, no dia 8, tiramos. Quando recebemos, no dia 8 de janeiro, tiramos. Se o senhor puder passar o vídeo 5, por favor.

(Apresentação de vídeo simultânea ao depoimento.)

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu gostaria que os senhores prestassem atenção, por favor. Essa é a atividade no dia 29 de dezembro. O DF Legal chegou nessas viaturas brancas que os senhores estão vendo. E aí, realmente, a praça já estava mais cheia, como eu disse. Do dia 28 para o dia 29, houve um fluxo maior de pessoas para a praça. E realmente o DF Legal não foi bem recebido. Os senhores verifiquem, por favor, o soldado,

os soldados da PE protegendo o DF Legal. E verifiquem, por favor, a maneira que o soldado da PE está fardado. Verifiquem, por favor, a maneira que ele está fardado. Ele está fardado com roupa de dia a dia. Ele não está com escudo, ele não está com capacete, ele não está com armamento. E, aí, eu gostaria de pedir, por favor, o vídeo 4. O vídeo 4 é da desocupação do dia 9. E eu gostaria que os senhores prestassem atenção, primeiro, no isolamento da área, que também já foi mostrado no vídeo que o senhor mostrou, presidente. O isolamento da área. Esse tipo de operação – o senhor pode travar o vídeo só um minutinho, por favor?, depois a gente continua, obrigado – é uma operação extremamente complexa. Desocupação de área é uma operação que coloca muito em risco a integridade das pessoas, seja do manifestante, seja da tropa. Então, nós temos que ter muito cuidado. E, doutrinariamente, de acordo com o que preveem os manuais militares, essa operação é feita em três fases. Uma primeira fase, em que é feito o isolamento da área, porque nós temos que preservar o entorno; porque aquela operação, além de evitar a fuga de quem está dentro, ela não pode se alastrar para outras áreas da comunidade, do local. Então, nós temos que isolar para que aquele problema, aquele problema pontual em que pode, eventualmente, haver uso da violência, ele fique localizado. Eu não poderia, por exemplo, no SMU, em uma ocupação de desocupação, sem o cerco, permitir que pessoas corressem para dentro dos quartéis ou para dentro das casas das pessoas que moram ali no SMU. Então, a primeira fase é a fase do isolamento. A segunda fase é a fase da negociação. E a terceira fase, se não houver êxito na negociação, é a fase do investimento. Por favor, o senhor pode prosseguir o vídeo?

(Apresentação de vídeo simultânea ao depoimento.)

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A área estava cercada. Aí começou a negociação. A área cercada, os senhores veem, olhem, por favor, o uniforme desse soldado. Ele está de capacete, ele está com o cão, ele está preparado para uma atividade que tem risco para a integridade das pessoas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles são soldados do Exército Brasileiro?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Esses ali são da polícia, e a retaguarda, do Exército. Foi uma atuação extremamente sinérgica, extremamente colaborativa entre a Polícia Militar do Distrito Federal – que, repito, é uma das melhores polícias do Brasil – e o Exército Brasileiro. Os senhores veem que a praça está cercada e os meios... Desculpe, se o senhor puder voltar... A praça está cercada. O senhor pode passar até a metade, por favor. Aí está ótimo.

(Apresentação de vídeo simultânea ao depoimento.)

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A praça está cercada. É o isolamento. Em seguida, a negociação. Tem que haver a negociação. Não pode haver um investimento sem negociação. Os ônibus, quando você vai desocupar, você tem que ter para onde levar essas pessoas. Então, essa é uma operação de desocupação. Os militares... Se o senhor puder voltar, por favor, ao vídeo 5, eu trago a diferença.

(Apresentação de vídeo simultânea ao depoimento.)

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não havia isolamento, não havia negociação, não havia militar preparado, armado e equipado para confronto. Por quê? Porque a operação do dia 29 de dezembro, conforme o Protocolo de Ação Integrada nº 215, da Secretaria de Segurança Pública, era uma ação para combate ao ilícito. Não era uma operação de desocupação. Inclusive – os senhores viram no outro vídeo –, quando há a necessidade de emprego da tropa para a ocupação, todos aqueles que conhecem sabem que a Polícia Federal, a Polícia Militar, desculpe, jamais usaria como primeiro órgão a ser empregado o DF Legal. É uma instituição composta por agentes públicos civis. Vai totalmente contra a doutrina o DF Legal, em uma ação de desocupação, ser o primeiro agente público a ter contato com manifestante. Seria colocar em risco um agente público que não está preparado para aquilo. Então, o protocolo de ação integrada tratava da desocupação de..., de tirar do ilegal, do ilícito e do que não era previsto. Não era de desocupação. Quando houve um acirramento dos ânimos, o comandante do Exército interveio e determinou que nós continuássemos a desmontar, como eu mostrei foto para os senhores, sem colocar em risco a vida humana e

sem criar um problema no dia 29 de dezembro, que era a antevéspera da posse do presidente. Presidente, era isso que eu queria mostrar para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, general.

General Dutra, vários depoentes que já foram ouvidos nesta CPI disseram que o acampamento em frente ao quartel-general era um covil de criminosos e que, no local, rotineiramente, ocorriam crimes, entre eles tráfico de drogas, prostituição e furtos. A mim causa surpresa ver imagens de policiais do Exército protegendo aqueles meliantes.

Indago: o senhor tinha conhecimento desses fatos? Pois, depois do dia 8 de janeiro de 2023, esta casa recebeu um ofício do Exército alegando tais fatos. Por que nada foi feito?

Eu vou ler, general, um trechinho de um documento do Exército que diz o seguinte: "Atualmente, estima-se um efetivo entre 1.000 a 1.300 pessoas dormindo no SMU, com potencial para interferirem na segurança local por meio atividades ilícitas, como consumo de álcool, prostituição, porte ilegal de arma de fogo, consumo de drogas". Este documento é do Exército.

Eu pergunto ao senhor: se havia tudo isso, por que o departamento jurídico do Exército não pediu a retirada desse covil de criminosos?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós estávamos recebendo, constantemente, orientações do Ministério Público Federal, orientações do Ministério Público Militar e estávamos seguindo todas as orientações. Essa questão de quando houve qualquer comprovação de ilícito, esse ilícito foi combatido. Houve mandado de prisão executado pela Polícia Civil, executado pela Polícia Militar, basicamente com a Lei Maria da Penha – um foi preso, se eu não me engano, e o outro não estava no acampamento. Em nenhum momento foi obstruída a ação de qualquer dos órgãos de segurança pública e, em qualquer momento em que nós soubéssemos de algum ilícito acontecendo no acampamento, esse ilícito deixou de ser combatido. Então, não houve nenhuma conveniência, nenhuma conivência. Muito pelo contrário. O acesso total dos órgãos de segurança pública para executarem as ações necessárias para prisão ou busca e... Em nenhum momento houve obstrução de qualquer ação dos órgãos de segurança pública, e todo ilícito de que nós tínhamos conhecimento foi combatido. Repito: em nenhum momento o acampamento foi considerado ilegal, em nenhum momento houve ordem para desmontagem do acampamento. E a questão de o Ministério Público Federal e o Ministério Público Militar estarem orientando constantemente, para nós, já servia como uma demanda, uma orientação a ser seguida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas é fato que nem todos os que estavam ali estavam rezando. É o documento do Exército Brasileiro que relata que havia drogas. E, se havia drogas, havia tráfico, porque droga não entra sem ser por meio do traficante. Havia porte ilegal de arma e havia prostituição.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Isso foi coibido. Isso não tinha. Era para se coibir se houvesse – para coibir se houvesse. Não tinha. Quando se tinha conhecimento de alguma coisa... Nunca pegamos nenhum tráfico, nunca pegamos nenhuma prostituição. A presença... inclusive, desde o primeiro ofício para a Secretaria de Segurança Pública, o ofício solicitando aumento de patrulhamento na área, ele foi atendido. Então, ou seja, presidente, qualquer ilícito que, porventura, tivesse um indício de acontecer era combatido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor agora que eu acho que é a mais esclarecedora de tudo o que tem sido dito aqui sobre o Exército ter impedido a prisão. Portanto, eu vou fazer a pergunta no seu todo, porque o senhor vai ter a oportunidade de esclarecer bastante esse ponto.

General, no dia 8 de janeiro de 2023, à noite, após as invasões e depredações aos prédios públicos, milhares de manifestantes retornaram para a frente do quartel-general. Temos informações de que o senhor não permitiu que as forças de segurança do Distrito Federal efetuassem prisões naquele local, naquele momento. Isso é verdade? Houve algum atrito entre o senhor e o ministro da justiça Flávio Dino? Esse ato de o senhor não permitir as prisões, naquele momento, pode ter obstruído o trabalho da polícia e o do Poder Judiciário?

Pois, se os policiais efetuassem as prisões, naquele momento, poderiam encontrar armas, munições, dentre outros objetos ilícitos, haja vista que é sabido que foi daquele acampamento que saíram dinamites para explodir o Aeroporto de Brasília. O que o senhor tem a dizer sobre isso, general?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Agradeço muito a pergunta do senhor, presidente, a qual vamos esclarecer. Em nenhum momento, houve obstrução da justiça, de maneira nenhuma. Em nenhum momento, houve esse confronto com a polícia, muito menos com o ministro Flávio Dino. O que aconteceu depois daqueles atos de vandalismo – lamentáveis e inexplicáveis – foi que os manifestantes que estavam na praça... E é muito importante eu esclarecer para todos os senhores que a praça, no dia 6 – como eu mostrei fotografias e mencionei a matéria no grupo UOL –, já estava com menos de 200 pessoas. No dia 7, chegaram a Brasília cerca de 120, 130 ônibus para as manifestações do dia 8, que estavam sendo chamadas para a Esplanada e a Praça dos Três Poderes. Eram essas que circulavam nas mídias sociais. Essas pessoas chegaram e se dirigiram para a Praça dos Cristais, e nós não permitimos que os ônibus entrassem, tampouco permitimos que entrasse logística. Então, essas pessoas chegaram, a Secretaria de Segurança Pública determinou, pelo Protocolo de Ação Integrada nº 02, já do ano de 2023, que as pessoas seriam desembarcadas no SMU e os ônibus seriam estacionados na Granja do Torto. O protocolo está aqui entre os documentos que eu entrego para o senhor, também, deputado. No dia 7, os manifestantes começaram a chegar. Então, eu estou fazendo essa introdução para mostrar para os senhores que as pessoas que estavam na praça até o dia 6 não eram as pessoas que estavam na praça no dia 7. No dia 6, a praça tinha de 150 a 200 pessoas, conforme, inclusive, matéria do grupo UOL, e eu mostrei fotografias para os senhores da praça desmontada. No dia 7, chegaram esses 120, 130 ônibus, dos quais cerca de 70 ônibus foram desembarcados na proximidade do SMU. Eles chegaram lá, e não permitimos que os ônibus entrassem, tampouco logística. Essas pessoas desembarcaram – seja na EPAA, seja na Esplanada – e caminharam até a Praça dos Cristais. No dia 8, houve aquele fato lamentável, lastimável, inexplicável. Após aquilo, as pessoas começaram a voltar para a Praça dos Cristais. O comandante do Exército estava no CMP e determinou: “É inadmissível que essas pessoas retornem para a Praça dos Cristais depois desse ato de vandalismo. Vamos aumentar o isolamento do SMU. Vamos intensificar o isolamento do SMU.” Porque o SMU já estava fechado desde o dia 6, porque, quando nós soubemos da chegada, nós determinamos o fechamento do SMU no dia 6, sexta-feira, às 13 e 30. Tinha dado muito trabalho desmontar o acampamento. A gente não queria que aquilo voltasse. E, inclusive, o senhor pode comprovar o fechamento do SMU por um videozinho que eu vou mostrar para o senhor e pelas mensagens que vazaram da Abin. As mensagens de grupo de WhatsApp – onde a Abin diz: “SMU fechado, manhã do dia 7. SMU fechado, manhã do dia 8” – estão nas mensagens que estão aqui também para o senhor, nos documentos. No dia 8, as pessoas fizeram os atos de vandalismo e começaram a voltar para a praça. Em torno das 8, 8 e meia da noite, o coronel Fábio Augusto me liga e diz assim: “General, eu estou aqui com o doutor Ricardo Cappelli, ele está indo com a polícia, e vai prender todo mundo na Praça dos Cristais”. Eu disse: “Fábio, essa operação é muito complexa. Nós temos que coordená-la. Onde é que vocês estão?” Ele respondeu: “General, nós estamos no estacionamento do Mané Garrincha”. Eu disse assim: “Estou indo para aí agora”. O CMP, o centro de operações dele fica no terceiro piso. Eu estava descendo as escadas para pegar a minha viatura quando eu recebi uma outra ligação do Fábio Augusto, dizendo assim: “General, o doutor Ricardo prefere encontrar o senhor no estacionamento da Rainha da Paz” – aquela igreja ali ao lado do SMU.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A catedral.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A catedral. Eu fui para lá e encontrei o doutor Ricardo Cappelli no estacionamento da Rainha da Paz. Foi uma conversa extremamente civilizada, falando nesse tom de voz que nós estamos aqui agora, e eu virei para o doutor e: “Doutor Ricardo, essa operação é muito complexa. Nós temos que planejar essa operação, senão tem o risco de morrer gente.” Ele virou para mim e disse assim: “General, o senhor está me dizendo que eles estão armados?” Eu disse: “Não, senhor, doutor Ricardo. Eu estou dizendo para o senhor que a Praça dos Cristais não tem iluminação adequada para uma operação noturna; que a Praça dos Cristais tem várias pedras portuguesas; que a Praça dos

Cristais tem degrau; que tem um lago no meio da Praça dos Cristais; que, no acampamento, ainda tem espeto de churrasco, faca de churrasco; as pessoas estão cansadas; tem mulher; tem idoso. Se nós entrarmos sem planejar, vai ter gente que pode morrer até afogada no lago." Aí, ele virou e disse assim: "Eu vou ligar para o ministro" – no caso, o ministro Flávio Dino – "e o que ele decidir será feito". Aí, eu disse: "Sim, senhor. Eu solicito que o senhor leve ao ministro as minhas considerações." Aí, ele falou: "Vou levar". E se afastou uns 15 metros para ligar, e eu resolvi ligar para o general Gonçalves Dias, então ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Eu disse: "General, nós estamos numa situação grave aqui. A polícia está aqui. Nós vamos ter uma operação sem o planejamento adequado. Por favor, liga para o presidente Lula e explica para o presidente Lula que essa operação tem alto grau de risco." Ele: "Dutra, eu não preciso ligar para o presidente. O presidente está aqui na minha frente." Eu: "Por favor, explica para ele que essa operação não pode ser feita sem planejamento". Aí ele desligou, ligou de novo em menos de 2 minutos e disse assim: "Dutra, o presidente está muito irritado e disse que vai entrar". Eu disse: "General, vai dar problema". Ele disse: "Fala com ele". E passou o telefone para o presidente. Para mim foi uma surpresa. Eu nunca imaginei falar com o presidente da República naquele momento. E falei exatamente assim: "Presidente, boa noite. Aqui é o general Dutra, comandante militar do Planalto." Ele falou: "General, são criminosos. Têm que ser todos presos." Eu disse: "Presidente, ninguém tem dúvida disso. Estamos todos indignados. Serão presos." "General, são criminosos. Tem que ser todos presos." "Presidente, estamos todos no mesmo passo. Estamos todos indignados iguais. Serão presos. Só que até agora nós só estamos lamentando o dano ao patrimônio. Se nós entrarmos agora, sem planejamento, podemos terminar esta noite com sangue." O presidente Lula, eu tenho uma admiração pela inteligência emocional dele. Na mesma hora ele falou: "Seria uma tragédia". E falou assim: "General, isola a praça e prende todo mundo amanhã". Eu virei: "Presidente, muito obrigado pela compreensão do senhor. Dentro das possibilidades, uma boa noite." Ele virou: "O ministro Múcio está aí com o senhor?" Eu disse: "Não". Ele disse: "Deveria estar". E desligou o telefone. Nesse momento o doutor Ricardo Cappelli já estava próximo a mim. Eu convidei o doutor Ricardo para nós entrarmos no CMP. O comandante do Exército já estava no CMP aguardando. Em seguida, chegaram os ministros Flávio Dino, Rui Costa e o José Múcio. Mas o ministro Rui Costa virou e disse assim para o general Arruda, comandante do Exército à época: "Tem muita gente aqui", porque eu estava com os meus coronéis, eu estava com outras pessoas da polícia que haviam entrado no CMP. O ministro Rui Costa disse: "General, vamos fazer uma reunião mais privada da qual participem os 3 ministros, o senhor e o comandante militar do Planalto". E nós fomos para uma sala mais fechada. Uma reunião extremamente cordial, nenhuma desavença, e começamos a coordenar a operação. E aí um dos ministros, eu não me lembro qual, perguntou: "General, quantos manifestantes tem aí na praça?" Eu disse: "De 1.200 a 1.500, ministro". Aí ele respondeu: "Tudo isso?" Eu disse: "Tudo isso". "Como é que nós vamos tirar eles daí?" Eu disse: "Nós precisamos de ônibus". Aí eles perguntaram: "O senhor tem ônibus?" "Não. Para essa quantidade, não. Eu acho que o ideal seria usar os ônibus deles que estão estacionados na Granja do Torto." Aí o ministro Flávio Dino disse: "É impossível. Esses ônibus já foram entregues à Justiça e vai ser dado perdimento. Esses ônibus só podem ser empregados com autorização da justiça." Nisso, o ministro Rui Costa pegou o celular, fez alguma ligação, acredito para alguém do Distrito Federal e: "General, quantos ônibus nós precisamos aqui?" Eu disse: "Ministro, raciocina 40 pessoas por ônibus, uns 40 ônibus". Ele falou no telefone: "Que horas?" Eu falei: "Cinco e meia da manhã, ministro". Ele falou no telefone: "General, pode ser seis e meia?" "Seis e meia. Sim, senhor, ministro." Naquele momento terminou essa reunião, nós nos despedimos, os ministros foram embora. Eu permaneci no Comando Militar do Planalto, emiti minha ordem de operações para os meus comandantes subordinados, isolamos a praça. E aí acontece um fato interessante, porque havia, em algumas pessoas, um nível de fanatismo, um nível, não entendo, de transe... Quando nós isolamos as praças – e no vídeo que o senhor mostra, o primeiro vídeo que o senhor mostrou, dá para o senhor ver a linha de soldados que passou a noite toda lá, isolando a praça –, quando nós isolamos as praças, deputado, as pessoas acharam que nós estávamos isolando a praça para protegê-las. E foram dormir. E foram dormir. No dia seguinte, a polícia chegou na hora certa, com todos os meios. Os senhores viram ali o vídeo que o presidente mostrou. Chegaram os policiais, conforme manda a doutrina: 3 policiais do

BOPE – 2 homens e 1 mulher – começaram a conduzir a negociação de maneira extremamente profissional. A negociação foi conduzida. Eu aproveito aqui também para esclarecer: há uma maldade dizendo que as pessoas entraram naqueles ônibus sem saber para onde elas estavam indo. Ninguém entrou naqueles ônibus sem saber para onde estava indo! Foi avisado que eles estavam indo para a Polícia Federal, foi avisado que eles iam passar por uma triagem, foi avisado que ali ia ser verificado o que cada um fez. Ninguém entrou nos ônibus sem saber para onde estava indo. Eles entraram todos nos ônibus. E eu gostaria de frisar o que está aqui no documento do senhor, também, o relatório do doutor Ricardo Cappelli e as palavras que ele mencionou na entrevista após a entrega do relatório, em que ele diz: “Prendemos mais de mil pessoas na praça sem nenhum incidente. Tiramos mais de mil pessoas da praça sem ferir ninguém.” Isso está na entrevista que o doutor Ricardo Cappelli concede, no relatório. Eu gostaria de lembrar que a ordem judicial determinava 24 horas. E a prisão e a desocupação foram efetivadas em prazo bastante inferior às 24 horas determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes. Então, em nenhum momento houve obstrução. Inclusive, há uma versão – eu aproveito antes de o senhor perguntar – de que o Exército entraria em confronto com a polícia. Isso é uma insanidade. Nós estávamos ali aumentando o isolamento do SMU para dissuadir a volta dos manifestantes. Aí o senhor pode me perguntar: “O senhor estava dissuadindo, mas voltaram mil e poucas pessoas?” Voltaram porque o SMU é extremamente permeável, e nós não tínhamos como fechar aquilo ali, todo o perímetro. E voltaram as pessoas. Como foram presas... E mais uma vez tentando transmitir a ideia de que as pessoas que estavam no acampamento antes do ato do dia 8 – vândalos do dia 8, que foram presos – era outro grupo. Cerca de 80% das pessoas presas na Praça dos Cristais são pessoas de fora do Distrito Federal, são pessoas que vieram e que voltaram para a praça, porque não tinham para onde ir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, há um boato que eu queria que o senhor deixasse bastante claro, porque dele o senhor fez parte. É o seguinte. Dizem – e o senhor certamente tomou conhecimento disso – que houve uma discussão acalorada entre o senhor e o comandante da Polícia Militar e que o senhor teria dito: “Eu tenho mais tropa do que você”. Isso aconteceu, general?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De jeito nenhum, deputado. De jeito nenhum! Isso aí não aconteceu em nenhum momento. Inclusive, o Fábio Augusto estava do meu lado quando eu conversei com o doutor Ricardo. Depois, entramos juntos, fomos para a sala de reunião entre os ministros, como eu mostrei e em nenhum momento houve isso. E quando dizem que nós cercamos, para não permitir a polícia entrar, se esquecem de um detalhe interessante: eu estava do lado de fora. Eu estava do lado do comandante da polícia, do interventor e da coronel Cintia. Eu estava do lado de fora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem cercou foi o pessoal da Polícia do Exército?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, quem determinou... o SMU...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não o fechamento, o cerco para que eles não fugissem.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Exatamente. O SMU já estava fechado desde o dia 6. Se o senhor permitir, posso mostrar um videozinho?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pode. Cadê o vídeo? Qual o número do vídeo, general?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Por favor, aqui, o vídeo nº 3.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aqui, nós queremos esclarecer tudo.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O vídeo nº 3.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vídeo nº 3, por favor.

(Apresentação de vídeo.)

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ou seja, o SMU já estava fechado. Isso aí é confirmado pelas mensagens da Abin, que mostram o SMU fechado na avenida do

exército, nas duas cabeceiras é fechado na Duque de Caxias. A Duque de Caxias não estava fechado dessa maneira tão rigorosa porque, na Duque de Caxias, tem que entrar carro particular. Eu tenho 10 mil pessoas que moram no SMU, mas estava fechado. E quando houve o vandalismo no dia 8, o comandante do Exército determinou que nós intensificássemos esse bloqueio para dissuadir a volta dos vândalos para dentro da Praça dos Cristais. Não conseguimos dissuadir todos, porque as pessoas, como os senhores viram, as pessoas não tinham outro local para ir. Elas desembarcaram ali e retornaram para lá. Então, não houve discussão acalorada com o doutor Ricardo, muito menos com o Fábio Augusto. O Fábio Augusto, com todo o respeito, ele participou muito pouco dessa conversa. Essa conversa ficou entre o doutor Ricardo e eu. E, depois, entre os ministros e o comandante do exército e eu. E foi tudo coordenado e foi tudo acertado como foi cumprido e relatado pelo doutor Ricardo, na manhã do dia 9, sem ferirmos ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu entendo que deve ter sido um pouco difícil lidar com essa gente, porque o coronel Naime, que é da Polícia Militar, aqui, sentado na cadeira onde o senhor está, ele disse que esteve lá algumas vezes e um dia encontrou com uma pessoa que disse que estava ali, mas que tinha vindo de Marte: “Estou aqui. Eu vim de Marte e estou aqui para dar um golpe.” Quer dizer, lidar com esse tipo de gente, não deve ter sido fácil, não.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Aí o senhor corrobora com o que eu falei que, quando nós isolamos a praça, as pessoas acharam que nós estávamos isolando a praça para protegê-los.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eles acreditavam nisso?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eles acreditavam.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, o senhor entende que a culpa de os manifestantes não se desmobilizarem seria o de o ex-presidente da República e de os generais Augusto Heleno e Braga Netto não terem vindo a público declarar que aceitavam o resultado das eleições?

Pergunto: por que nenhuma autoridade do Exército Brasileiro – o general Freire Gomes ou até mesmo o senhor – foi a público defender a democracia e dizer àqueles manifestantes que pediam a intervenção militar que o Exército Brasileiro defende e sempre defenderá a democracia, as instituições do Estado democrático de direito?

General Dutra, por que isso não foi feito?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, o Exército é uma instituição de Estado baseado na hierarquia e disciplina. Como eu mencionei para o senhor, o Exército divide o Estado brasileiro em 8 comandos militares de área. Sete desses comandos militares de área são comandos militares comandados por oficiais-generais de 4 estrelas, oficiais-generais do Exército. O Comando Militar do Planalto é o único comando militar de área que é comandado por um oficial-general de 3 estrelas, por um oficial-general de divisão. Então, cada um sabe a cadeira em que se senta. Não caberia mim, um general de divisão, que tem o seu o quartel ao lado do QG do Exército, vir a público e manifestar absolutamente nada. Baseado na nossa Constituição, a instituição Exército é baseado na hierarquia e disciplina.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, muito obrigado.

Agora, passarei a palavra ao nosso relator, mas antes eu quero que o senhor transmita – e o senhor está com toda a sua assessoria aqui – ao comandante do Exército Brasileiro, general Tomás, que a sua vinda aqui está sendo de muita importância para esta CPI. Eu sei que vocês tinham algum receio quanto à forma como o senhor seria tratado aqui, e nós estamos demonstrando que esta CPI trata com o maior respeito todos os que se sentam nessa cadeira. Realmente, a vinda do senhor está servindo para elucidar muitas coisas, inclusive algumas histórias fantasiosas que circularam por aí.

Muito obrigado, general.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, sou eu que agradeço. Desde o primeiro momento, nós estamos sempre à disposição para tentar ajudar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Antes de o relator falar, se ele assim permitir, vou fazer uma deferência ao nosso presidente da Câmara, deputado Wellington Luiz, que está aqui presente.

Passarei à palavra ao nosso presidente para que faça sua intervenção.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente, deputado Chico Vigilante. Quero saudar a todos e todas que aqui se encontram com um bom-dia.

Muito rapidamente, deputado, quero apenas agradecer a todos os parlamentares e parabenizá-los pelo trabalho nesta CPI e, de uma forma muito especial, V.Exa. pela condução dos trabalhos. Quero agradecer também ao general a presença, pois sua presença demonstra respeito a esta instituição e gera credibilidade. Seus esclarecimentos – de forma muito tranquila – nos dão a certeza de que fatos importantes serão esclarecidos hoje. Em meu nome e em nome de todos os parlamentares desta casa, que coube a mim representar por meio de voto, quero dizer que possamos continuar dessa maneira, com uma CPI séria, importante.

Volto a dizer: meus sinceros agradecimentos ao senhor e a todos os que o acompanham pela forma respeitosa com que o senhor veio aqui, atendendo ao convite da CPI. Da minha parte, ficam realmente os meus parabéns e os meus agradecimentos em nome desta casa.

Obrigado, general.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Muito obrigado, presidente. Sempre à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Relator, deputado Hermeto, V.Exa. disporá do tempo que achar necessário para fazer as suas indagações.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto, relator desta CPI.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Fui policial militar, cargo em fiquei 30 anos, para o qual a hierarquia e a disciplina são bem fundamentais. O senhor, presidente, passou a palavra ao nosso presidente da Câmara. Muito bem lembrado.

Senhor general, como relator desta CPI, a responsabilidade que eu tenho é muito grande. Muitas vezes, por eu pertencer à minha instituição Polícia Militar, alguns dizem que o meu relatório será de um jeito, será de outro. Não! O meu relatório será justo, o meu relatório será preciso, transparente e feito com toda a cautela possível.

O senhor disse que nós temos uma das melhores polícias militares do Brasil, e é verdade. O que aconteceu naquele dia 8 não vai acontecer nunca mais em Brasília. Nunca mais! Aqueles policiais que estavam ali no dia 8 foram vítimas tanto quanto algumas pessoas foram, porque aquele efetivo era totalmente inferior ao que demandava aquela operação. E vamos chegar ao objetivo maior, que é individualizar as responsabilidades daquele fatídico dia 8.

General, com todo respeito a V.Sa., eu vou passar agora um vídeo. Por favor. É rápido. Eu gostaria depois de fazer uma pergunta ao senhor. Preste bem atenção no oficial do Exército. Isso é dentro do Palácio do Planalto.

(Exibição de vídeo.)

DEPUTADO HERMETO – A pergunta, general Dutra: o ex-comandante da PM, coronel Fábio, informou nesta casa, durante seus esclarecimentos, que, durante a tentativa de impedir os vândalos de adentrarem o Congresso Nacional, ele enfrentou dificuldades com o Exército Brasileiro, que não permitiu a prisão dos manifestantes.

Esse vídeo, general, é de dentro do Palácio do Planalto. O senhor reconhece como do Exército Brasileiro, esse oficial ou praça, não sei, que estava impedindo o trabalho do BOPE dentro do Palácio do Planalto?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Hermeto, relator, muito

obrigado. Muito obrigado por mostrar esse vídeo – que nós podemos agora esclarecer esse fato, que foi tão explorado de maneira equivocada. Isso aí está muito claro no inquérito policial militar que nós instauramos. Isso daí está, inclusive, pacificado com o próprio major comandante do grupamento, da fração que discutia ali com o coronel. Aquele que aparece no vídeo, discutindo, é o coronel Fernandes, o antigo comandante do Batalhão da Guarda Presidencial. E o que aconteceu? Um dos princípios de guerra é a unidade de comando. Então, quando você está em alguma ação, você tem que saber a ordem que você realiza, e aquela ordem tem que ser clara e vir de uma pessoa. O Batalhão da Guarda Presidencial chegou lá com o Palácio do Planalto... Primeiro, esclarecer que a responsabilidade pela segurança do Palácio do Planalto cabe ao Gabinete de Segurança Institucional. O CMP, mediante demanda, envia as tropas para o Palácio do Planalto, que, como o senhor bem sabe – o senhor por acaso citou o Congresso Nacional, o senhor ia falar Palácio do Planalto –, nós jamais poderíamos mandar tropa para o Congresso Nacional sem uma decretação de GLO. E, no Palácio do Planalto, a responsabilidade da segurança cabe ao GSI. A tropa, quando chegou lá, o Palácio do Planalto já estava, infelizmente, invadido. E a tropa liderada pelo coronel Fernandes recebeu ordem de evacuar o Palácio do Planalto. E o coronel Fernandes vinha, começou de cima para baixo, de trás para a frente, evacuando o Palácio do Planalto. Em determinado momento, o Gabinete de Segurança Institucional solicitou apoio à polícia para que entrasse no Palácio do Planalto e prendesse os vândalos que estavam lá dentro. Um coronel do GSI desceu até a Esplanada e contactou o major do BOPE, pedindo para que ele entrasse no Palácio do Planalto para efetuar as prisões. O major do BOPE, inicialmente, estranhou aquela ordem, porque o Palácio do Planalto não é área da Polícia Militar, é área do GSI, com tropa federal. Ele ligou para alguém, que, naquele momento, esse coronel do GSI não sabia quem. Durante o IPM, na oitiva do major, ele esclareceu que ele havia ligado para o subcomandante-geral da Polícia Militar, informando que tinha recebido aquela solicitação – e se podia cumprir. Imediatamente o subcomandante determinou que ele atendesse à demanda do GSI. Ele entrou pela rampa do Palácio do Planalto e executou o que está previsto na doutrina, uma tropa de choque. Antes de ele entrar, ele fez uso de armamento de efeito moral – no caso, granada de gás –, realizou alguns disparos e em seguida entrou. Ele deu de cara com a tropa do Batalhão da Guarda Presidencial que estava tirando os manifestantes. E o coronel estava com ordem de tirar, de evacuar o Palácio do Planalto, ordem vinda do Gabinete de Segurança Institucional. Isso está amplamente divulgado não só no IPM, como nas oitivas dos integrantes do GSI para a Polícia Federal – e a imprensa notificou isso aí recentemente. Houve esse embate porque um tinha ordem de tirar, outro tinha ordem de prender. Por sorte – podemos falar assim –, o coronel que havia pedido, o coronel do GSI que havia pedido para a polícia militar entrar viu esse embate, esclareceu. Imediatamente o coronel Fernandes passou a atuar juntamente com o major do BOPE na prisão das pessoas. Quem executou a prisão foi a Polícia Militar, mas o BGP, a partir de esclarecido... Esse vídeo aí é o embate demorou o tempo do vídeo. Logo em seguida, porque o coronel que estava próximo viu o embate do coronel do BGP com o major do BOPE, chegou próximo, esclareceu que a nova ordem era prender, e, imediatamente, o BGP começou a prender, e todas as pessoas que estavam ali dentro do Palácio Planalto foram presas pela polícia e levadas para a Polícia Federal e estão aí respondendo os inquéritos.

DEPUTADO HERMETO – Vossa senhoria sabe...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu gostaria de... Desculpe, relator. Isso está amplamente divulgado no IPM e nas oitivas dos integrantes do GSI. O IPM hoje está no STF, e as oitivas da Polícia Federal também fazem parte do inquérito.

DEPUTADO HERMETO – O senhor sabe que a imagem que passou para... foi como se o coronel do BGP estivesse protegendo os vândalos.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É uma pena porque, como eu falei já há algum tempo, uma imagem vale muito. A imagem transmitiu uma ideia equivocada. O coronel Fernandes é um militar vocacionado, um militar extremamente dedicado à profissão. Os senhores podem imaginar o inferno que ele está vivendo, mas, em nenhum momento, ele teve a intenção de obstruir. Muito pelo contrário. Se não fosse uma ação muito bem coordenada por ele e pelo major do BOPE, a prisão daquelas pessoas dentro do Palácio do

Planalto também não teria ocorrido da maneira como aconteceu, e as pessoas estão hoje respondendo inquirido. Foi um mal-entendido por uma ordem: um com ordem de evacuar; outro com ordem de prender. Eles se encontraram, tiveram uma discussão que durou o tempo do vídeo. Em seguida, foi esclarecido, e começaram a trabalhar juntos.

DEPUTADO HERMETO – Eu sei que, numa operação, tem que ter um comando único.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É o que eu falei, deputado: unidade de comando.

DEPUTADO HERMETO – General, se me permite, algumas perguntas o presidente da CPI já fez, mas se estiverem em confronto, não tem problema, o senhor pode... É que ele ficou mais de uma hora. Então ele fez várias perguntas que, talvez, estejam no meu *script* também.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu estou totalmente à disposição.

DEPUTADO HERMETO – General Dutra, segundo informações da Seape, sistema penitenciário, foram encaminhados ao sistema do Distrito Federal, relativo aos atos atentatórios do dia 8 de janeiro, cerca de 1.400 presos, pessoas. Existem relatos de caravanas de outros estados que chegaram ao Distrito Federal no final do dia 8, quando já encerrados todos os atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, e que apenas pernoveram no acampamento em frente ao QG do Exército do dia 8 para o dia 9 para, então, retornarem para seus estados de origem. Contudo, essas pessoas foram presas no dia 9 por simplesmente estarem lá.

Pergunto: na visão do senhor, comandante do Comando Militar do Planalto à época, essas pessoas realmente deveriam ter sido presas? O Exército Brasileiro participou de alguma forma dessas decisões? Como o senhor disse, quando cercaram lá, havia tantos devaneios naquele momento, que eles achavam que vocês estavam protegendo-os. Mas, naquele momento – o senhor mesmo disse –, havia pessoas que não foram aos atos depredatórios, não adentraram o palácio. Havia pessoas que não participaram. O senhor tinha conhecimento disso? No momento em que o senhor cercou, o senhor não individualizou? Não teve nenhum critério para pegar essas pessoas e colocá-las nos ônibus? Como o senhor disse, disseram até que eles estavam indo para o... como se eles tivessem sido enganados. Então, foi uma coisa abrupta, porque não houve um monitoramento, não houve uma inteligência para acompanhar aqueles bandidos que entraram dentro dos prédios e quebraram e depredaram. É como se diz lá no Nordeste – eu sou nordestino: colocou tudo no mesmo balaio.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Hermeto, sem jamais ter a ousadia de corrigi-lo, em nenhum momento aqui, nessa...

DEPUTADO HERMETO – Imagina, pode me corrigir.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Em nenhum momento eu falei que houve gente que não foi para o Palácio do Planalto ou, por exemplo, que estava lá no acampamento. Eu não tenho esse conhecimento. Por outro lado, também, eu não vi... primeira vez que eu escuto que chegaram ônibus em Brasília após os atos. Eu não vi nenhum ônibus chegar na Praça dos Cristais, no SMU, até porque estava tudo fechado, no dia 8. Os ônibus que chegaram, chegaram no dia 7. As pessoas que chegaram no SMU no dia 8 entraram a pé. E eu estava ali do lado de fora – como eu falei com o senhor mais cedo. Eu não vi nenhum ônibus chegando no SMU no dia 8. E no tocante à pergunta do senhor, de prender, aí eu vou aproveitar esse gancho para reforçar a importância da ordem judicial na desocupação da manifestação. O senhor sabe que, na tarde do dia 9, eu recebi uma notícia, de fato, o Ministério Público Militar perguntando se eu havia cometido abuso de autoridade nas prisões. Então, se nós tivéssemos feito qualquer coisa sem ordem judicial, mesmo depois da ordem do ministro, mesmo depois dos atos, quando foram feitas as prisões, no dia 9, o Ministério Público Militar questionou o CMP de como seria a legalidade daquela ação. Para os senhores verem a sensibilidade desse ato.

DEPUTADO HERMETO – É. (Pausa.)

Essa pergunta o deputado Chico Vigilante já fez claramente. Eu não vou cansar o senhor repetindo a mesma pergunta. Só aqui para que eu possa me...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – À disposição, deputado, à disposição.

DEPUTADO HERMETO – General Dutra, aqui nesta comissão muito se tem batido na Polícia Militar do Distrito Federal por conta da – em tese – falta de efetivo no dia 8 – que para mim não é tese, é notória, é comprovada a falta do efetivo que estava na Esplanada. Contudo, quando olhamos as imagens recentemente divulgadas do Palácio do Planalto, observa-se, com muita clareza, um reduzidíssimo contingente de militares para conter a invasão e a depredação do Palácio do Planalto. Até onde se sabe, compete – como V.Exa. falou agora – às tropas federais, no caso, o GSI, e, externamente – não sei externa ou internamente –, ao BGP, não sei como é feito –, à unidade subordinada. O GSI não é subordinado ao Comando Militar do Planalto. Mas o BGP sim, né? Eu estou errado? O senhor me corrija.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor, certíssimo.

DEPUTADO HERMETO – O BGP sim?

Sobre a guarda e a segurança do Palácio do Planalto, pergunto: o Exército Brasileiro errou quando, no dia 8 de janeiro de 2023, escalou um efetivo tão reduzido para preservar e proteger o Palácio do Planalto? Uma pergunta.

Depois: o Exército Brasileiro não tinha conhecimento de que as manifestações poderiam tomar contornos de violência e vandalismo, mesmo o acampamento estando em suas imediações?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Bom, deputado, é...

DEPUTADO HERMETO – Desculpe, general. Qual é o efetivo preciso do BGP?

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Primeiro, os senhores podem ver, houve aquele grupo WhatsApp de mensagens da Abin e, em nenhum momento, o CMP está naquele grupo de mensagens WhatsApp. A segurança do Palácio do Planalto é coordenada, é determinada por um plano chamado plano de operações escudo. Esse plano de operações escudo é um plano feito a quatro mãos, pelo Gabinete de Segurança Institucional e o Comando Militar do Planalto. Esse plano determina que o levantamento dos efetivos necessários e o emprego da tropa daquele efetivo necessário é coordenado pelo GSI, e o Comando Militar do Planalto tem a responsabilidade de atender à demanda. Então, o Gabinete de Segurança Institucional faz o levantamento das demandas, ele chega à conclusão que vai precisar de um efetivo determinado em tal dia. Ele solicita ao Comando Militar do Planalto aquele efetivo, o Comando Militar do Planalto envia aquele efetivo, aquele efetivo passa a estar a controle do Gabinete de Segurança Institucional, que empregará aquele efetivo. No dia 8, acontece que o Gabinete de Segurança Institucional não viu, até as 11 e 54 da manhã do dia 8, necessidade de efetivo extra. Então, quem estava, até às 11 e 54 da manhã do dia 8... Nós tínhamos, no Palácio do Planalto, um pelotão do RCG, do Regimento de Cavalaria de Guarda. São 36 homens que tiram o serviço de escala, que são aqueles homens que o senhor passa ali no Palácio do Planalto e vê dois ali em cima da rampa, vê um andando pela calçada. São 36 homens que revezam o serviço. E também, aproximadamente... Eu não posso dar esse número com certeza, porque cabe ao GSI, mas, pelas mensagens que nós recebemos, aproximadamente 15 agentes do GSI. Às 11 e 54 da manhã do dia 8, o GSI viu um aumento de movimentação na Esplanada e manda uma mensagem, uma solicitação para o CMP, pedindo a presença de um pelotão. Este pelotão, outros 36 homens, é a primeira fração, é o primeiro grupo de homens que é mandado para o Palácio Planalto armado e equipado para controle de distúrbios, porque a guarda verde não tem armamento nem equipamento para controle de distúrbios; ela está com uniforme normal, alguns soldados até com esse uniforme que eu estou usando aqui, agora. Então, às 11 e 54, eles solicitaram um pelotão, que foi prontamente atendido. Esse pelotão chegou ao Palácio do Planalto em torno das 12 e 30. Foi o tempo de deslocamento entre o SMU e o Palácio do Planalto. Infelizmente, era somente esse pelotão com equipamento e armamento para controle de distúrbios que estava no Palácio do Planalto na hora da invasão. Então, o efetivo... Pelas imagens, dá para se levantar cerca de 2 mil e 500 a 3 mil pessoas invadindo o Palácio do Planalto e o efetivo de um pelotão de 36 homens, um efetivo extremamente insuficiente. O que aconteceu foi que, em torno de 14 e 30 daquele dia 8 – eu não entendo o que pode ter acontecido, porque as imagens não têm som

–, houve um confronto, um embate entre a polícia e os manifestantes na altura do Tatuí, logo ali, depois da rodoviária. Os manifestantes, a partir dali, perderam o controle; das imagens, dá para ver claro que começaram a correr pelo gramado. Nesse momento, eu liguei para o meu coronel, no centro de operações, e disse assim: “Manda a tropa de prontidão que nós temos no SMU para lá.” Porque, desde o dia 31 de outubro – é importante frisar isto –, para manter a integridade do SMU, nós tínhamos duas subunidades, dois grupos de 120 homens de prontidão no SMU. Então, eu tinha esses homens no SMU. Eu disse assim: “Manda para o Palácio do Planalto.” E o coronel responde: “General, não pode, porque não tem pedido.” Eu disse: “Manda, que eu vou providenciar.” Aí, nós mandamos as duas... as subunidades. Eu liguei para o GSI, imediatamente eles fizeram os pedidos, e a companhia chegou lá. Foi essa tropa que chegou com o coronel Fernandes, que o senhor me perguntou agora, na última pergunta. Então, o efetivo estava lá por demanda do GSI, por avaliação do GSI, que é quem tem a obrigação de fazer. Era de um pelotão.

DEPUTADO HERMETO – O senhor falou coronel Fernandes, não é? Fernando.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Fernandes. Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial.

DEPUTADO HERMETO – Aproveitando, general, esse IPM... Foi solicitada a cópia para a nossa CPI. Se não foi, o senhor pode estabelecer para nós?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, eu tenho que verificar com assessoria, porque esse IPM...

DEPUTADO HERMETO – A parte legal, a parte legal.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ele ficava...

DEPUTADO HERMETO – Porque, no meu relatório, eu quero ver essa parte que o senhor esclareceu, porque, até então, na minha visão e na visão de muitos, o coronel que o senhor disse que é um vocacionado...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. O Fernandes.

DEPUTADO HERMETO – Na minha concepção, ele estava impedindo o trabalho...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não.

DEPUTADO HERMETO – Então, preciso desse documento, para que eu possa fazer um relatório conciso e bem prudente.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o senhor teria que solicitar ao STF.

DEPUTADO HERMETO – Então, nós vamos pedir, viu, presidente? Para que tenhamos todo um subsídio.

Há algumas perguntas aqui que o presidente já fez. (Pausa.)

General Dutra. O Coronel Fábio, ex-Comandante-Geral da PM, nesta casa, informou que o acampamento foi montado em área pública, mas de responsabilidade do Exército Brasileiro. Disse também que, na terceira tentativa de desmobilizar o acampamento, no dia 29 – o senhor já falou –, esteve presente e que foi até o QG do Exército Brasileiro, com grande efetivo de policiais preparados, para cumprir a determinação do Governo do Distrito Federal e que, inclusive, conversou com o senhor, mas que foi impedido de dar prosseguimento à missão.

Pergunto: General Dutra, de novo, por qual razão o Comando Militar do Planalto dificultou tanto a desmobilização do acampamento? Essas decisões competiam exclusivamente ao senhor ou havia ordens superiores? O senhor falou um pouquinho...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o Protocolo de Ação Integrado 215 determinava uma operação para combate ao ilícito. Eu recebi esse protocolo por um ofício da Secretaria de Segurança Pública do dia 28 – está no conjunto de documentos que eu entrego para o senhor, presidente –, para ação integrada para desmonte. Eu mostrei as imagens para os senhores aqui nos vídeos. Se o senhor achar necessário, a gente pode

passar o vídeo novamente. Não sei se o senhor quer ver o vídeo novamente.

DEPUTADO HERMETO – Não, não precisa.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Então, estava claro. Era uma operação para o combate ao ilícito. Tanto é, que o soldado da PE que estava ali, entre aspas, fazendo a escolta do DF Legal, estava com uniforme totalmente inadequado para uma ação de choque. E eu acredito que o coronel Fábio, que é um homem que eu respeito muito, um homem que eu tenho uma admiração, um cara profissional, não empregaria, como primeiro elemento a ser empregado, o DF Legal em uma ação que pode ter confronto. Se fora uma ação de desmobilização do acampamento, de desmonte do acampamento, teria que ter o isolamento, a negociação. E, se a negociação não desse certo, o investimento. Então, eu repito: aquele protocolo era para o combate ao ilícito. Tanto é que o DF Legal estava lá para confiscar as estruturas que estavam inadequadas lá, as estruturas vazias. Eu já mostrei para o senhor o trabalho de desmonte. Quando o DF Legal foi mal recebido, e nós não estávamos com a estrutura, com o dispositivo pronto para uma ação, o comandante do Exército me ligou, perguntou o que estava acontecendo. Eu disse que estava tendo um mal recebimento do DF Legal. Perguntou se havia ordem judicial. Não havia ordem judicial. Eu esclareço: em outras cidades onde houve ordem judicial, o acampamento foi desmontado. Como não havia ordem judicial, como nós estávamos nas vésperas da posse e nós não queríamos um confronto naquele momento, o comandante do Exército determinou que nós continuássemos somente com tropa do Exército, como eu mostrei em fotografia, desmontando as estruturas. Então, naquele momento, nós agradecemos a presença da polícia. Realmente, o coronel Fábio estava do meu lado, ali na concha do SMU. Nós estávamos conversando quando o comandante ligou e esclareceu. Eu agradei, e nós retiramos o DF Legal, e ele retornou. Então, não houve nenhuma obstrução, não houve nada disso. O acampamento, como eu mostrei as fotografias para o senhor, foi sendo desmontado de acordo com a estratégia indireta, com o fechamento da logística, não permitindo o tráfego, dificultando a chegada de ônibus e de caminhão. Dificultando, não! Impedindo. Então, dessa maneira, eu mostrei para o senhor que o acampamento, no dia 6... uma matéria do grupo Uol: "Exército, comendo pelas beiradas, desmonta acampamento". E não sou eu que falo, é o jornalista que escreve. Está lá: de 100 a 150 pessoas, e o tal sargento do Exército desmontando barracas. E o sargento diz que, provavelmente, na semana que vem, o acampamento não tem mais água, não tem mais nada. As pessoas que chegaram no dia 7 eram outras pessoas que vieram para aquela manifestação.

DEPUTADO HERMETO – Na polícia, temos a P2, que se infiltra, em alguns casos, para dar condições para a tropa atuar eficiente e objetivamente.

O CMP mantinha algum tipo de agente infiltrado no acampamento, para coleta de informações, dos ânimos? Por exemplo, foi dito aqui até pelo chefe à época do DOP que o acampamento tinha droga, churrasco, não sei mais o quê. Havia vários segmentos ali dentro.

Os senhores tinham coleta de informações da segunda seção?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, muito obrigado pela pergunta. A única coisa que o senhor falou, comprovado que tinha, era churrasco. (Deputado Hermeto ri.) Fora isso, drogas... nós tínhamos ali...

DEPUTADO HERMETO – Eu não estou falando que eu falei.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, que as informações...

DEPUTADO HERMETO – Era assim, segundo os documentos e o próprio diretor de operações da Polícia Militar. General, com todo respeito, não sou eu que estou falando. Quem falou foi o diretor do DOP. Ele falou que o acampamento tinha droga, tinha arma, tinha o churrasco, tinha o pessoal da igreja, tinha todo mundo! Era como se fosse uma cidade!

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É verdade. Tinha o pessoal da igreja. Eu nunca imaginei que eu fosse ouvir tanta oração e tanta canção *Cisne Branco*. A canção *Cisne Branco* é uma canção da Marinha. Cantavam *Cisne Branco*.

DEPUTADO HERMETO – A canção dos expedicionários, não a cantavam, não?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – A *Canção do Expedicionário*. Qualquer

canção de área militar que o senhor imaginar eles estavam cantando ou rezando. Era uma coisa impressionante. Havia muito churrasco, realmente. E, como eu expliquei para o presidente, todo ilícito que era verificado, que podia estar acontecendo, imediatamente era combatido. Nós, de maneira nenhuma, permitimos que houvesse qualquer desenvolvimento de atividade ilícita ali sem a repressão, como acontece em qualquer outra parte da cidade. Então, se houve droga ou foi repreendido, se houve a arma, foi... Não houve vida... Não era uma terra sem lei. Não era uma terra seca. Da mesma maneira que pode haver droga na Asa Sul, na Asa Norte e é repreendida, lá também estava. É uma parte da cidade de Brasília em que nós não podemos permitir isso. Havia um movimento que ninguém disse que era ilegal. Ninguém mandou desmontar. Assim que houve a ordem para desmontar, foi desmontado. E fala-se muito também, aproveitando, talvez o senhor me pergunte, na questão – e o presidente mencionou. Fala-se muito na questão do atentado que houve em Brasília, na tentativa de atentado que, felizmente, não deu certo, e a pessoa está presa, que ela teria pego explosivo dentro do acampamento. Olha, essa pessoa usava tornozeleira eletrônica. Ela foi presa num apartamento no Sudoeste e, no apartamento do Sudoeste, existia um arsenal bélico, inclusive de explosivos, muito maior do que o utilizado na tentativa de atentado. Por mais insana que essa pessoa seja, eu não acredito que ela seria insana ao ponto de cometer uma atividade ilegal desse nível de periculosidade numa área tão descoberta como era o acampamento, visto por várias pessoas, e ainda mais uma pessoa que usava a tornozeleira eletrônica. Onde ela foi presa, o arsenal bélico, inclusive de explosivos, era muito maior do que o utilizado na tentativa de atentado. E foi tentado um mandado de prisão pela Polícia Civil na noite do dia 24 para 25 de dezembro, em que nós acompanhamos a polícia até as 3 horas da manhã do dia 25. E o cidadão não foi encontrado no acampamento. Então, essas ilações não foram comprovadas. Muito pelo contrário. E nós tínhamos ali um controle do acampamento, tanto é que o comércio ilegal, os gatos de água, de luz, imediatamente nós combatíamos.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho várias perguntas aqui. Mas, em respeito aos meus colegas que não têm o mesmo tempo que eu tenho, como relator, e nem o presidente, para os meus colegas poderem fazer as perguntas e não adentrarem tanto na parte da tarde, eu vou fazer a última pergunta.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

DEPUTADO HERMETO – Eu tenho várias aqui, mas em respeito aos meus colegas, eu vou... Eu sei que o meu tempo é indeterminado. A gente pode ficar até a meia-noite, caso o general... Claro que...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu estou totalmente à disposição.

DEPUTADO HERMETO – A gente é fogo, água, tudo, sol, chuva.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Tendo um sanduichinho... (Risos.)

DEPUTADO HERMETO – O deputado Chico Vigilante, que é o presidente, é quem tem que fazer o apoio logístico aqui. Ah. É o presidente.

General, esta pergunta aqui: A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um capítulo específico para tratar das forças armadas, revelando com isso o seu papel de destaque para com a democracia brasileira. Em seu art. 142 a Constituição Federal afirma que as forças armadas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais.

No entanto, a principal pauta daqueles que estavam em frente ao QG do Exército Brasileiro era o fechamento do Supremo Tribunal Federal, a anulação das eleições, haja vista fraude nas urnas, e a manutenção do ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Tudo isso por meio de uma intervenção do Exército Brasileiro. Isso não sou eu que estou dizendo, isso era mostrado na mídia, na TV, com faixas, com tudo. Não sou eu que estou dizendo.

Sendo esse o cerne da questão, general, não deveria o Exército Brasileiro, garantidor dos poderes constitucionais, conforme prevê a Constituição Federal, desmobilizar esse acampamento tão logo o mesmo fosse montado, já que os senhores garantem o art. 142? E lá era bem claro: destituição, presidente Bolsonaro no poder, fechar o Congresso, fechar o Supremo.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, muito obrigado pela pergunta. Nós cumprimos rigorosamente o art. 142. O senhor verifica que onde houve mandado, houve em Belém, houve em Belo Horizonte, os acampamentos foram desmontados. Não cabe ao Exército dizer se o acampamento era legal ou ilegal. Por outro lado, o senhor mencionou várias pautas inconstitucionais que podem ter sido levantadas no acampamento. Em nenhum momento, o Exército Brasileiro demonstrou o mínimo apoio, demonstrou a mínima compreensão ou corroborou minimamente com qualquer uma dessas pautas ilegais. O Exército Brasileiro o tempo todo se manteve cumprindo a sua missão constitucional e mostrou a importância que tem, a preocupação que tem com a nossa Constituição e com a nossa missão. Em nenhum momento, houve eco, o mínimo que fosse, em nenhuma parte da instituição.

DEPUTADO HERMETO – Muito obrigado, general. Muito obrigado pelos esclarecimentos.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado ao senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Seguindo aqui a ordem de chegada, está com a palavra por até 25 minutos o deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Chico Vigilante. Queria saudar e agradecer a presença do general Dutra nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e fazer um preâmbulo muito rápido de que a Câmara Legislativa fez uma série de gestos importantes também para que pudéssemos ter este momento aqui.

Tínhamos feito requerimentos de convocação para os dois generais da reserva, o general Heleno e o general G. Dias, e a convocação também do general Dutra, para prestar esclarecimentos. E tivemos a oportunidade, depois de um diálogo com representantes do Exército, de transformar esses requerimentos em convites, para que os senhores pudessem estar aqui hoje respondendo às perguntas.

Eu acho que esse gesto mostra que não há uma disputa institucional entre quem é mais importante – Exército, deputados, Câmara Legislativa –, mas uma vocação da Comissão Parlamentar de Inquérito de defesa da democracia brasileira, de investigação dos fatos que aconteceram aqui. Então, as minhas perguntas e o meu direcionamento vão compromissados, vocacionados nesse juízo, no juízo de entender os fatos que aconteceram.

E aí eu queria dividir a minha fala basicamente em três pontos, que eu acho que são importantes para a gente entender.

Primeiro, o papel e a interpretação das forças armadas daquilo que aconteceu depois do dia 30 de outubro com o resultado das eleições. Eu acho que isso é importante. E aí eu vou passar em seguida um vídeo que já estava pronto, que é o vídeo nº 1, que a nossa assessoria mandou.

Tivemos uma interpretação da maior parte da imprensa brasileira – é a minha interpretação – de que houve uma tentativa assediada em cima das forças armadas, do Exército Brasileiro, nos últimos quatro anos, para que o Exército tomasse partido. Isso, inclusive, com nomeações em cargos civis. Então, o Exército ocupava uma série de cargos civis na Esplanada dos Ministérios. Alguns dizem que são milhares. Ou até mais de dezenas de milhares de cargos civis. O emprego das forças armadas como se fossem forças auxiliares do presidente da República. O presidente da República pode ser o comandante máximo das forças armadas, mas, do meu ponto de vista – e eu queria entender a posição do senhor – as forças armadas não são auxiliares do presidente na política que ele defende no cotidiano, no dia a dia. Há diferença nisso. Vamos passar o vídeo das falas do ex-presidente Bolsonaro, por favor.

(Exibição de vídeo.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General, eu gostaria de destacar dois pontos e ouvir a posição do senhor sobre esse tema, que é importante. Do meu ponto de vista, houve uma tentativa clara de aparelhamento das forças armadas. Eu acho que, como consequência, os acampamentos e a forma como extremistas, manifestantes e golpistas atuaram no QG tem uma

relação direta com essa tentativa de aparelhamento. É bom destacar que, quando o ex-presidente Bolsonaro cita a ação das forças armadas em 2016, ele fala do ex-comandante-geral Villas Boas em um *tweet* que teoricamente teria estimulado a prisão, a manutenção da prisão do ex-presidente Lula, que agora é presidente da República. Portanto, cria-se um ambiente de conflito institucional com as forças armadas. E sabemos que essa animosidade tem ou pode ter enraizamento. Temos que ser muito objetivos, transparentes para fazer esse debate com a sociedade sobre o que aconteceu. Muitas pessoas tinham relação com as forças armadas, esposas de generais, pessoas próximas que estavam nos acampamentos pelo Brasil.

Como o senhor avalia o papel das forças armadas na política brasileira? Acho que isso é importante para que compreendamos qual o papel das forças armadas nos acampamentos e nos atos de 2022.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Fábio Félix, muito obrigado. Inclusive agradeço a oportunidade de estar aqui. Eu gostaria de dizer que da mesma maneira que a CPI tem o interesse de esclarecer – quando o requerimento para o meu convite foi votado, requerimento de autoria do deputado Hermeto, foi votado para a data de hoje, dia 18. Então, hoje, dia 18, está acontecendo. Em nenhum momento, houve qualquer tipo de obstrução. Muito pelo contrário. Desde o convite que recebi do...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Certamente.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – ... presidente –, eu agradei e disse que estava totalmente à disposição para estar aqui com os senhores tentando ajudar. Como eu respondi para o deputado Hermeto, relator, as forças armadas são instituições de Estado, são instituições vocacionadas, tem o art. 142, que determina a nossa missão. Nós, em nenhum momento, nos desviamos, se houve um ou outro militar da reserva, ou excepcionalmente da ativa que foi para o governo, isso não me cabe avaliar. Durante esses 4 anos de governo, eu tive o privilégio... Eu estava comandando a Academia Militar das Agulhas Negras, com 2 mil cadetes preocupados com a covid, preocupado em manter a saúde das pessoas; depois eu estava no Comando Militar do Planalto, preocupado em manter a integridade do SMU, preocupado em manter a integridade do patrimônio público e a integridade das pessoas. Então, eu não tive tempo para pensar em política. Eu acredito que o Exército Brasileiro, como instituição de Estado, está totalmente voltado para o cumprimento da nossa missão, conforme a Constituição. E, em que pese todas as observações do senhor, o senhor pode mencionar – eu respeito muito o que o senhor falou, o senhor mostrou vídeos bastante impactantes –, em nenhum momento, o Exército deu nenhum sinal que corroborasse com uma... foram coisas do presidente da República com as pessoas que trabalhavam com ele, no governo dele, não era o Exército.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas em certo momento aconteceu uma demissão, inclusive considerada histórica pela imprensa brasileira e até por representantes das forças armadas. Os três comandantes militares foram demitidos porque não aceitaram um comando do ex-presidente da República e assumiram novos comandos militares. Você não acha que esse processo inteiro pode significar ou poderia significar, naquele momento, uma tentativa de aparelhamento das forças armadas, no caso o senhor não pode responder por todas, mas do Exército Brasileiro?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Poderia, mas não significou.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acredita que não significou?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu acredito, não. Eu tenho certeza. Tenho certeza. O Exército Brasileiro é uma instituição de Estado, cumprindo a sua missão, e, com toda essa pressão que o senhor mostra, em nenhum momento, houve qualquer sinal de... nada, nada, nada. O Exército Brasileiro continuou cumprindo a sua missão de preparo e emprego das tropas, a sua missão na faixa de fronteira, a sua missão nos estabelecimentos de ensino, sem nenhum eco a nenhuma dessas atividades que o senhor nos apresenta.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

Eu vou falar de alguns temas. Recentemente começamos a descobrir até coisas que não sabíamos, porque eu não sou da área militar, então tem muita coisa que nós não

entendemos. Eu descobri que as Forças Especiais do Exército ficam aqui em Goiânia e que estão submetidas ao Comando Militar do Planalto. A imprensa divulgou – acho que muito largamente – a fala de um senhor, Sr. Ailton, se eu não me engano, é da reserva do Exército Brasileiro.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O senhor me permite?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ele foi expulso do Exército Brasileiro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi expulso do Exército Brasileiro.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Considerado indigno.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Considerado indigno. Ele teria dito, em conversa com outras pessoas do Exército Brasileiro, que, para dar o golpe, precisariam empregar 1500 soldados das Forças Especiais, que estariam lotadas em Goiânia. Já foi feita esta pergunta, mas eu acho que é importante reiterar: o senhor tomou conhecimento de alguma articulação, levando em consideração a mobilização das Forças Especiais de Goiânia, para apoio a um golpe anticonstitucional no país?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – De maneira nenhuma, deputado. De maneira nenhuma. Isso aí foi uma conversa de que eu tive conhecimento, provavelmente no mesmo momento em que o senhor e o deputado Chico Vigilante, pela imprensa. Uma insanidade. Agora, eu aproveito também para... O Comando de Operações Especiais é uma tropa de elite do Exército Brasileiro que está localizada em Goiânia, é um dos núcleos de excelência que o Exército Brasileiro possui. É uma tropa que está armada, equipada e adestrada nos melhores níveis de Exército de primeiro mundo e que está em condições de responder a qualquer demanda que o nosso país precise na defesa da nossa pátria. Então, eu convido o senhor, convido os senhores, se tiverem oportunidade, nós podemos – eu sei que os senhores são do Distrito Federal e lá está em Goiás – fazer uma visita cultural para entender e poder ter orgulho de uma tropa tão especializada e adestrada que o nosso Exército possui e que é uma tropa, realmente, que está em condições de total adestramento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General, passando um pouco à discussão do acampamento, porque também é uma discussão importante para nós. O papel do acampamento tem gerado debates nesta casa.

Tivemos, nesta casa, a participação de três coronéis respeitados da Polícia Militar do Distrito Federal: o coronel Naime, a coronel Cintia e o próprio coronel Fábio, que era comandante-geral da Polícia Militar. Os três falaram que tentaram, envidaram esforços para a desmobilização do acampamento, porque viam um problema no acampamento, especialmente na mobilização ou organização de segmentos mais radicais que pudessem agir posteriormente. Então, eu tenho a fala da coronel Cintia relatando: “Não foi permitido pelo Comando Militar do Planalto. Tentamos tirar diversas vezes. Disponibilizamos, inclusive, uma tropa muito grande da Polícia Militar, do DF Legal e de apoiadores”.

Quero dizer a V.Sa. que eu acompanho muito os movimentos sociais na cidade há muitos anos, e sempre fazemos a discussão dos acampamentos em áreas tombadas aqui no DF. Então, eu acompanho de perto os acampamentos. Nós discutimos os acampamentos do MST, o acampamento do Movimento Indígena Brasileiro. Todos os acampamentos são detalhados com começo, meio e fim na logística, porque existe um regimento de acampamento na área tombada, e muitos deles não são autorizados. Uma coisa é a manifestação, quando as pessoas andam, vão lá e se manifestam, porque ela é livre. Mas, mesmo assim, ela é monitorada, pactuada com a subsecretaria de operações da polícia. Outra coisa são os acampamentos.

Eu nunca vi, na minha história no DF, um acampamento daquela magnitude. O senhor nos mostrou imagens chocantes. Aquelas imagens precisam ser disponibilizadas para a CPI, porque aquilo nos mostra o tamanho do financiamento e do investimento que aquele acampamento tinha. São imagens realmente impactantes do acampamento. Eu nunca vi isso! Inclusive, vimos um documento do próprio Exército autorizando o carro de som – se não me engano, o coronel Boueri –, envia um documento à Polícia Militar do DF autorizando o carro

de som.

Como foi a autorização e a permissão desse acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O tempo todo foi coordenado com a Secretaria de Segurança Pública. Em nenhum momento, houve nada unilateral. Esse carro de som foi permitido em dois momentos. No dia 2 de novembro, quando houve um fluxo de 30 mil pessoas no acampamento – que eu achei que seria o maior fluxo. E depois, no dia 15 de novembro, houve as 100 mil pessoas que eu já mencionei. Depois, esse carro de som não foi mais autorizado. Esse carro de som era um daqueles carros de som bastante grandes que nós sentimos que seria um risco muito grande tê-lo ali dentro. Ele não foi mais autorizado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas ele teria sido autorizado uma vez?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Ele foi autorizado no dia 2 e no dia 3, tudo com coordenação com a Secretaria de Segurança Pública. A coordenação Secretaria de Segurança Pública que nos levava... Eu não tinha, o CMP não tinha o contato com a pessoa do carro de som. O senhor tem muita experiência de movimento, o CMP não tinha nenhuma. Então, nem os contatos... Esses contatos foram intermediados pela Secretaria de Segurança Pública. E ali nós concordamos. O carro de som esteve em dois momentos lá dentro e depois não foi mais autorizado. Eu tive muito contato com o coronel Fábio Augusto, muito contato com a coronel Cintia e quase nenhum contato com o coronel Naime. Até pela liturgia, eu sou comandante do Comando Militar do Planalto e falava com o comandante. O coronel Naime é operações da polícia, ele falava com o meu operações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor até mostrou imagens aqui, do dia 29.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Vinte e nove, sim, senhor.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Os senhores pediram, segundo o senhor disse, sob o comando do comandante Freire, que dispensassem a Polícia Militar. O coronel Fábio e o coronel Naime nos disseram, nesta CPI, que eles estavam preparados para a desmobilização nesse dia, que o efetivo era suficiente e que eles tinham condições, junto com o DF Legal, de fazer a desmobilização do acampamento. E olha que eles estão acostumados a fazer esse tipo de operação com o movimento social na cidade.

Acho que o senhor discorda da posição deles...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, não...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... porque disse que eles não estariam preparados.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu digo que a Polícia Militar é uma das melhores polícias do Brasil, que tem uma capacidade muito grande. Eu admiro a Polícia Militar do Distrito Federal...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas os senhores desautorizaram, não é?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. Eu gostaria de dizer que todas as vezes – que o senhor mencionou que eles disseram – que todas as vezes que eles foram ao SMU, dos Protocolos de Ação Integrada, esses Protocolos de Ação Integrada foram executados por demanda do CMP. O CMP sempre demandou para a execução. Inclusive, a do dia 29 foi o CMP quem demandou. E o Protocolo de Ação Integrada que a mim foi encaminhado pelo secretário de segurança pública no dia 28, por intermédio de um ofício que está no documento que eu dei para os senhores, o Protocolo de Ação Integrada fala o tempo todo em desmonte do ilícito. Em nenhum momento, fala em desobstrução do acampamento. E, aí, se o senhor me permite...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas eles falam que chegavam lá com a intenção de desmobilizar e que, quando chegavam à reunião, o Comando Militar do Planalto orientava que a ideia não era desmobilizar, era só combater ilícitos. É isso? Tinha essa diferença de posição entre a PM...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Era o que estava combinado. Estava no Protocolo de Ação Integrada, assinado pela Secretaria de Segurança Pública.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas, general, o protocolo era construído depois da reunião. Quando a reunião era convocada para fazer a discussão, a Polícia Militar colocava a posição de que queria desmobilizar o acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. Todos os protocolos foram construídos, tanto é que as reuniões foram no CMP, por convite nosso. Nós convidávamos para operações, para desmonte do ilegal. Convidávamos, combinamos... Inclusive, eu mostrei no vídeo, para o senhor, deputado, que o primeiro órgão público que chegou ao acampamento foi o DF Legal. O senhor tem experiência de acampamento...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu acredito que o senhor já tenha visto um desmonte de acampamento. Depois da negociação, começa com a tropa de choque, e, não, com o DF Legal. Do DF Legal, são agentes civis, que estavam ali de calça jeans e de camisa polo. Seria uma irresponsabilidade iniciar uma ação de desmonte de acampamento com pessoas sem nenhuma proteção individual, sem nenhum Equipamento de Proteção Individual. Eu tenho a Polícia Militar, repito, como uma das melhores polícias que tem. Por doutrina, empregaria depois do isolamento, depois da negociação, a tropa de choque.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – General, alguém chegou... esta é a nossa dúvida. Isso não sou eu que estou falando. Foram três coronéis da Polícia Militar que vieram a esta banca e dialogaram. Alguém propôs ao Comando Militar do Planalto desmobilizar os acampamentos, especialmente?

Segundo o coronel Fábio, a situação piorou depois do dia 12 de dezembro, porque se radicalizou o movimento. Houve uma tentativa da Polícia Militar de desmobilizar o acampamento, e eles colocaram isso em reunião com representantes do Comando Militar do Planalto? O senhor tem conhecimento disso, de desmobilizar o acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor, deputado. Não houve ordem judicial. Houve as ações para combate ao ilícito. No dia 29, era o combate ao ilícito. O coronel Fábio, depois, mencionou que ele tinha tropa para desmontar o acampamento, mas ele estava do meu lado, e, em nenhum momento, durante a execução, foi dito isso, e em nenhum momento...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu digo porque eu tenho aqui. Eu vou disponibilizar para o senhor, porque é importante para nós apurar isso. Nós temos as falas dos coronéis.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor. Eu não tenho dúvida. Porque, inclusive, como eu mostrei para o senhor, nós temos um vídeo com o DF Legal. E um vídeo com a ação de desmonte do acampamento. São preparações diferentes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor falou agora que o senhor não tinha ordem judicial.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Exato.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se o senhor faz a polícia administrativa daquela região, o senhor não podia – por ato administrativo –, demover o acampamento, já que ele, por exemplo, infringia a Lei 14.197? Ali havia crimes contra o Estado democrático de direito: o pedido de deposição do presidente da República; o não reconhecimento do resultado das eleições e o incitamento das forças armadas contra outras instituições democráticas. O senhor não poderia, administrativamente, determinar a retirada do acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, ali essa coisa é polêmica. Ali é uma área de servidão militar. A polícia administrativa... no crime militar e no crime que interfere na rotina dos quartéis e das atividades, o que não estava acontecendo. E também eu digo para o senhor, um acampamento daquela magnitude, se houvesse qualquer dano à vida das pessoas, qualquer risco à vida das pessoas, aquilo ali seria muito difícil justificar em cima de um ato administrativo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não poderia ter... Por exemplo, aqui no DF acontece assim, não é? Quando o Governo do Distrito Federal reivindica uma área e ele tem dúvidas... Às vezes, ele age administrativamente, ele vai lá, coloca o DF Legal e a polícia.

Quando ele tem dúvida, o próprio GDF entra na justiça e pede – eu vou usar o termo, eu não sou também do direito – reintegração de posse da área. Não poderia o senhor, como comandante militar do Planalto, responsável pela área, pedir a reintegração de posse? Eles estavam construindo uma cidade paralela no Setor Militar Urbano.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Aí eu volto a responder para o senhor a situação da hierarquia da disciplina, porque o Comando Militar do Planalto é comandado por um oficial general de três estrelas, e do lado dele está o QG do Exército. O acampamento, geograficamente falando, era na frente do QG do Exército, onde estava o comandante do Exército. E ele estava recebendo orientações do Ministério Público Federal, do Ministério Público Militar no sentido de ordenar, e não de desmontar. Ali deve ter sido suficiente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele estava recebendo... Ah, então, o comandante do Exército Brasileiro, naquele momento, estaria recebendo orientações para ordenar e não...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Na verdade, as orientações vinham para o CMP e eram passadas para o comando, para conhecimento do Comando do Exército.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, existe uma orientação do comando para organizar, ordenar – eu vou dizer “ordenar” para não parecer pejorativo – o espaço e não retirar. Existia um entendimento que era esse o caminho?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Disciplinar... Também estou deixando com os senhores um documento do Ministério Público Federal que dá todas as orientações. Inclusive esse documento do Ministério Público Federal, do dia 19 de dezembro, foi encaminhado para a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para a Polícia Federal, para a Polícia Militar do Distrito Federal e para o Comando Militar do Planalto, dando orientações de ordenamento e de atividade do acampamento. Isso tudo estava sendo cumprido e respondido, constantemente pelo Ministério Público Federal...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Se o senhor puder disponibilizar para nós...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não... Estão nos documentos que estão sendo entregues.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O meu tempo está quase acabando, e eu queria fazer uma pergunta para senhor, porque o senhor usou uma tática de desmobilização progressiva. Era uma desmobilização tática, digamos, e o senhor a explicou um pouco. Do meu ponto de vista, com o ocorrido no dia 8, essa desmobilização, de alguma forma, deu errado, porque esses golpistas acharam que tinham um abrigo, um *locus* naquele espaço, dirigiram-se a ele e organizaram a manifestação do dia 8. Para o senhor, o que deu errado no dia 8 de janeiro? Porque alguma coisa deu errado.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Gostaria de esclarecer para o senhor que, no dia 6, o acampamento, como eu já falei, estava com poucas pessoas. As pessoas chegaram dia 7 e foram orientadas pelo Protocolo de Ação Integrada 02 a desembarcarem no SMU. Então, as pessoas do acampamento que participaram, elas chegaram no dia 7. E também, quando as imagens que são disponibilizadas, e que a gente consegue ver, e a estimativa de uma participação de cerca de 20 mil pessoas no movimento na Esplanada, a gente consegue ver pessoas que estão entrando por meio dos ministérios, ali atrás. Então, as pessoas que estavam no acampamento eram 10% das pessoas que estavam lá na Esplanada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No dia 8? O senhor afirma que só mais ou menos 10% das pessoas do dia 8 estavam no acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. Eu não afirmo. São os números. Cerca de... Pelo que eu li – eu não estava lá na Esplanada –, a manifestação contou com cerca de 15 a 20 mil pessoas. No acampamento que já tinha sido desmobilizado no dia 6... No dia 6, matéria do UOL: “Acampamento desmobilizado, 150 pessoas”. Palavra... não sou eu, é o jornalista, a matéria está sendo entregue para os senhores.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, claro.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – No dia 7, vão para o acampamento cerca de 70 ônibus. O senhor pode raciocinar de 35 a 40 pessoas por ônibus, 2 mil e 500, 3

mil pessoas no acampamento; 15 mil a 20 mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios, são 10%.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Porque a gente sabe que o acampamento foi móvel. Muita gente viajava para fora, voltava para o seu estado, voltava para o acampamento, porque aqui era uma espécie de *locus* nacional. Eu passava muito ali na frente, e sempre havia muito ônibus bem estacionado. Muitos deles não foram sequer multados por outros órgãos administrativos do Distrito Federal antes do dia 8, especialmente em dezembro.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Os ônibus... Desculpe interromper o senhor...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu tenho uma última pergunta, general, porque meu tempo aqui não é igual ao do presidente e ao do relator. Minha última pergunta é: mesmo depois do dia 12 de dezembro, de investigação de atentado a bomba, de terem queimado ônibus, de terem queimado carro, de terem feito muita coisa, o próprio comandante-geral Fábio e o delegado Júlio Danilo falaram que muitas pessoas do ato do dia 12 também vieram do acampamento, ou voltaram para o acampamento. Há imagens do homem responsável, investigado por atentado a bomba no aeroporto, que também passou em alguns momentos no acampamento. Há imagens dele lá no acampamento do QG. Houve uma discussão no Exército Brasileiro para entrar com uma medida judicial de reintegração de posse daquela área e desmobilização definitiva do acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Também temos imagens, a partir do dia 13, que eu mostrei para o senhor, do acampamento sendo acelerado, esse ritmo indireto que o senhor mencionou. As imagens estão ficando aí. O senhor vê que nós classificamos do dia 31 ao 12, e do 13 ao 31. Então, nós intensificamos, nós dificultamos toda a logística deles. Não entrava mais nada no SMU que não fosse... Tinham cenas extremamente raras: as pessoas caminhando desde a Esplanada até a Praça dos Cristais carregando fardo de água mineral, porque eles não podiam mais entrar. Então, nós dificultamos ao máximo a logística. Nós seguimos, nesse prazo que o senhor falou, depois do dia 12, vem nova orientação do Ministério Público Federal, que está ficando com os senhores, na questão do ordenamento.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, general, por responder as perguntas. Não conseguimos fazer todas as perguntas, mas, enfim, haverá outros deputados e encaminharei as perguntas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou suspender a sessão por 15 minutos. Eu não posso comprar sanduíche para os deputados, mas eu comprei um para mim, um para o relator e outro para o general. Portanto, vamos ali agora comer esses sanduíches.

Esperem, a deputada Jaqueline Silva disse que tem só uma pergunta. Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva, tendo em vista que é só uma pergunta.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (Sem partido. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Eu vou ser breve, até porque muitas das minhas dúvidas já foram sanadas aqui nesta manhã.

Quero cumprimentar a todos e a todas e, de uma forma especial, general, agradecer ao senhor a presença aqui, conosco. Quero só fazer uma referência que eu entendo muito importante: esta casa – o nosso presidente não está aqui, pois teve outro compromisso, mas participou da reunião por um bom tempo –, general, cumpriu o seu papel, que, a meu ver, foi muito importante.

Quando ainda em recesso, deputado Chico Vigilante, nós nos reunimos e falamos da importância que era abrir esta CPI. Ainda em recesso, general, todos nós nos reunimos, saímos... Havia deputado que estava viajando, mas nós tivemos diversas reuniões e entendemos, naquele momento, que era fundamental que esta casa fizesse o papel dela e fizemos um acordo: de aqui sermos leais, de aqui exercermos o nosso papel de deputados, que não é puxar saco, favorecer quem quer que seja.

E eu acredito que esta CPI está fazendo um excelente trabalho, conduzido pelo nosso

presidente, deputado Chico Vigilante; pelo relator, deputado Hermeto, e pelos demais deputados desta casa. O senhor pode observar, general, que aqui não há só os deputados que são participantes da CPI. Todos os deputados têm se envolvido. Eu acredito que isso é um bom sinal, deputado Chico Vigilante. É sinal de que estamos indo no caminho certo, e eu quero parabenizá-lo. Mais uma vez, agradeço-lhe a presença, general.

Eu quero só fazer uma pergunta. Na apresentação, o senhor deixou claro para nós que, por volta do dia 6, já havia acontecido um desmonte do acampamento. É visível que estava contido ali. Eu pergunto: o senhor alegou que a orientação da SSP-DF aos ônibus que chegaram com os manifestantes teria atrapalhado a estratégia do Exército. Isso não ficou claro para mim. Houve uma estratégia? Haveria uma estratégia? Ao chegarem esses ônibus, houve uma falta de alinhamento, de repente, com a secretaria, para que pudesse haver uma conduta diferenciada? Ficou essa dúvida.

Entendemos o seguinte: dia 6, tudo sob controle. De repente, a chegada dos ônibus. Parece que, em algum momento, o senhor fala que "o que foi orientado teria atrapalhado". O senhor pode tirar só essa dúvida, por favor?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada Jaqueline Silva, muito obrigado. O que acontece é que houve esse protocolo de ação integrada, e o CNP não participou dessa reunião. O CNP não participou de alguns protocolos de ação integrada, do combate ao ilícito. Esses protocolos foram tratados no CNP. Esse protocolo de ação integrada, o zero dois deste ano, que trata da chegada dos manifestantes, foi uma reunião da Secretaria de Segurança Pública e nós não participamos. Nós ficamos sabendo dessa chegada dos ônibus e que eles estavam sendo direcionados para o desembarque no SMU e estacionamento na Granja do Torto, conforme está escrito no protocolo. O que levou o decisor a chegar a esse consenso, essa decisão, eu não tenho condições de julgar e, conseqüentemente, de emitir um juízo de valor. Então, os ônibus chegaram, o SMU estava fechado, as pessoas desembarcavam e caminhavam conforme o que eu mostrei para a senhora naquele videozinho das pessoas desbordando as barreiras físicas que nós colocamos e indo até ali. Foi uma decisão da Secretaria de Segurança Pública, em uma reunião realizada na secretaria; o CNP não participou e eu não tenho condições de... eu não tenho acesso aos fatores da decisão que levaram o decisor a chegar nessa decisão.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Então, como o senhor não participou dessa reunião, não haveria uma orientação ou estratégia, por parte do senhor, na chegada desses ônibus?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós sabíamos que os ônibus foram orientados a ir para lá. Nós tivemos acesso, após a reunião, ao protocolo. E aí nós fechamos o SMU.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Entendi. Então, talvez, se tivesse havido uma orientação melhor, o senhor concorda que, de repente, a chegada deles poderia ter mudado o processo?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada, é sempre difícil supor em um ambiente como este aqui, um ambiente que nós temos que falar com certeza... Mas o que acontece é que o SMU acabou sendo conveniente para Brasília, porque eu digo para a senhora o seguinte: o SMU é esquina de Brasília. Então, quando as coisas acontecem lá, não... Eu falei aqui "100 mil pessoas no dia 15 de novembro" e eu senti que a maior parte dos senhores ficou surpresa, porque em nada atrapalhou a vida de Brasília o que estava acontecendo no SMU. Então, aqueles ônibus chegando em grande número, cento e poucos ônibus chegando a Brasília... Talvez fosse a coisa melhor para a cidade de Brasília colocar em um local que não atrapalharia o cotidiano da nossa cidade. É só uma suposição, apesar de não ser o local para supor. O SMU, com essa manifestação, em que pese o incômodo que causou... A manifestação, fisicamente falando, não mudou a vida da cidade. Se a gente for agora para o SMU, sentarmos ali na avenida do Exército e contarmos, em 5 minutos passarão 250 carros nos dois sentidos. Ou seja, é uma média de 50 carros por minuto, nos dois sentidos. Ou seja, o brasiliense não vai. Quem vai ao SMU é quem trabalha ou mora no SMU. Na parte da manhã, cedo, quem mora em Águas Claras e vai trabalhar no norte da cidade e, na parte da tarde, quem volta do norte da cidade para Águas Claras. Fora isso, durante o dia, em nada

atrapalha a vida da cidade. E chegar essa quantidade de ônibus poderia ter – entre outras – uma solução adequada para a cidade. Não atrapalha irem estacionar no SMU.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Está certo. Obrigada, general.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não podia, né? Porque o SMU fechou.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Está certo. Senhor presidente, era só essa a minha dúvida. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Jaqueline Silva. Nós vamos suspender a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12h18min, a reunião é reaberta às 12h40min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a nossa reunião.

Estamos retomando os nossos trabalhos.

Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu tinha mais perguntas a fazer, mas muitas já estão contempladas com o que V.Exa. perguntou, o relator e os demais parlamentares.

Primeiro, quero parabenizar a instituição Exército, parabenizar o general Dutra pela forma colaborativa. Isso é muito importante.

A questão de respeito é latente na condução do presidente, deputado Chico Vigilante, e vai ser para com todos aqui. Se eu precisar também intervir em relação a qualquer tipo de desrespeito, que não é o caso, pois todos têm sido tratados com o maior respeito, todos que têm a postura colaborativa... E mais a forma de termos votado como um convite e não como uma convocação.

Então, queria fazer só duas perguntas. Uma: durante todo o período do acampamento do QG, se houve alguma tentativa, por parte do Governo do Distrito Federal, em desocupar ou desmobilizar o local. Se sim, quando essas tentativas ocorreram? O senhor também pode nos explicar como ocorreram essas tentativas e como foi o papel do Comando Militar do Planalto?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Robério, muito obrigado, boa tarde. Não. Não houve. A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar... sempre nós trabalhamos de maneira muito coordenada, muito sinérgica, de maneira muito amigável. Hoje, os protocolos de ação integrada para o combate ao ilícito, ao ilegal que acontecia no acampamento... em nenhum momento... eu tenho que responder e repetir essa ideia: em nenhum momento houve nenhuma ordem judicial e nenhuma instituição tampouco se manifestou dizendo: "O acampamento é ilegal". Havia as manifestações de que aconteciam ilícitos no acampamento, e esses ilícitos eram combatidos e debelados. Agora, não houve ordem judicial, e a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar e outras instituições do DF sempre trabalharam, juntamente com o CMP, de maneira muito sinérgica, no tocante ao combate às ilegalidades que eventualmente aconteciam. Tipo furto de energia elétrica, o famoso gato, nós combatíamos. Comércio ilegal, nós erradicamos o comércio ilegal basicamente ali no final de novembro. Roubo de água, nós combatíamos. Agora, desmontagem do acampamento, o tempo todo o Comando do Exército mantinha: sem ordem judicial, não acontece. E eu repito: em Belo Horizonte, por exemplo, houve ordem judicial, o acampamento imediatamente foi debelado. Em Belém, houve ordem judicial, o acampamento imediatamente foi debelado. Aqui houve a ordem judicial no dia 8, o acampamento imediatamente foi debelado. Fora isso, o trabalho colaborativo com a Secretaria de Segurança Pública era no combate aos ilícitos que aconteciam no acampamento.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Vocês, segundo consta, não participaram da

reunião do PAI, que é o Plano de Ações Integradas da Secretaria de Segurança Pública do DF – eu fiz essa pergunta também à subsecretária que foi ouvida aqui – para as manifestações do fim de semana do dia 8 de janeiro. Vocês normalmente não participam? Na época, quando V.Sa. estava no cargo, como era realizada a sinergia de ações entre o governo distrital, federal e o Exército?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É, realmente nós não participamos dessa reunião. A sinergia é total. Agora, no entanto, a gente não foi convidado para essa reunião. Nós tínhamos responsabilidade, o GSI, responsabilidade com o Palácio do Planalto e as outras instalações, Congresso Nacional, Supremo Tribunal, a Esplanada propriamente dita, não haveria como o Exército realizar qualquer ação sem um decreto de garantia da lei e da ordem. Então, pode ser por esse motivo que não tenhamos sido convidados para a reunião desse protocolo de ação integrada, uma vez que essa área de responsabilidade era das instituições distritais.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Presidente, eu me dou por satisfeito e faço aqui um elogio à forma serena, à organização das ideias. Obrigado, mais uma vez, pela participação colaborativa.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Robério Negreiros. A presença de V.Exa. nesta CPI é de muita importância.

Concedo a palavra, por até 25 minutos, ao deputado Pastor Daniel de Castro. V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Nesta hora cumprimento V.Exa., os demais deputados que compõem esta CPI, os suplentes, os funcionários desta casa que têm exercido um trabalho brilhante na assessoria de cada um dos parlamentares e da própria presidência da mesa. Cumprimento aqueles que estão assistindo a nós, presidente, pela TV Câmara.

Eu fico abismado. Eu comentava hoje como esta CPI é assistida e como ela tem desempenhado um papel extraordinário na vanguarda dos trabalhos desde a sua construção, eleição por unanimidade, por consenso da assinatura, no caso, o que mostra que nós exercemos um papel extraordinário.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de estar com o senador Marcos do Val tratando sobre isso. Ele vai requerer da CPI algumas informações, troca de ideia, porque acha que é importante. Significa que esta casa saiu na frente, e eu peço a Deus e rogo que V.Exa., juntamente com o nosso deputado Hermeto, relator, continuem trabalhando assim para a gente ser referência.

Agradeço, general, sua presença aqui. Eu confesso, general, que na semana passada eu chorei muito. Eu estou com a alma amargurada. Meu coração sangra. Tanta injustiça que é praticada neste país, inclusive, pelas autoridades parlamentares, judiciárias.

Eu sou advogado. Eu vim da advocacia criminal. Eu sei o que é um processo, eu sei o que é individualização de conduta, o devido processo legal, o princípio da inocência, que a gente está perdendo. A gente parte da culpabilidade para tentar chegar à inocência, uma vez que deveria ser diferente. Deveríamos partir da inocência, da presunção de inocência, que vige no ordenamento jurídico, para lá na frente, depois das individualizações de conduta, das investigações, nós chegamos aos culpados.

E se pega todo mundo e coloca dentro de um balai de gato e todo mundo é mau. Eu falei para minha esposa: "Não tem como, não tem como, na quinta-feira, eu vou chorar". O senhor já lavou minha alma, já lavou minha alma, uma narrativa nessa tarde é desmontada, porque nós estamos diante de um plenário, onde muitas vezes essa tribuna é ocupada e temos oradores chamando pessoas inocentes de golpistas, de terroristas. O senhor é general, e eu imagino que o senhor saiba muito bem o que seja terrorismo. Não sei se já vivemos isso no Brasil, eu acho que não. Nisso o senhor foi feliz, porque se o senhor tivesse desmontado aquele acampamento, por uma decisão unilateral, o senhor estaria sentado aqui do mesmo jeito, sendo inquirido por nós e no Ministério Público, respondendo por abuso de autoridade.

Imagino eu, mas se o senhor pudera fazer, por que Bolsonaro não o fez até o dia 31 de dezembro? Por que o Lula não o fez até o dia 7 de janeiro?

Então, se fôssemos imputar ao senhor algum crime, há mais dois que deveriam estar, mas não o fizeram, por quê? Eu tenho a resposta. Eles não o fizeram porque a manifestação é legal. V.Exa. acabou de falar isso várias vezes. Eu já sinto aqui a minha alma lavada por dentro. Obrigado!

Presidente, o senhor sabe que eu tenho falado muito aqui da individualização das condutas, de não julgarmos as pessoas ainda, não é hora. Isso não é papel da nossa CPI. A CPI tem um papel e trabalha com o ordenamento jurídico, principalmente na questão do Código de Processo Penal, e já antecipando, diante das respostas de V.Sa. e à vista dos demais depoimentos que já colhemos aqui nesta casa, a minha opinião é de que não há como atribuir responsabilidade a V.Sa. O senhor desmonta outras narrativas de que eu tenho falado aqui, de pessoas que se sentaram nesta cadeira e, longe de mim, chamá-las de mentirosas. Não é isso, mas que omitiram, deputado Chico Vigilante. Quero crer que alguns terão que voltar a sentar-se aí outra vez, porque eu imagino que, na cabeça de muitos de nós aqui, o Exército estava sendo pintado como se fosse o apoiador do terrorismo, o apoiador do golpismo, e ouvimos isso aí algumas vezes.

Não era sua atribuição zelar pela segurança do Congresso e do Supremo Tribunal Federal e, nesse ponto, senhoras e senhores deputados, devo insistir que uma Comissão Parlamentar de Inquérito persegue a verdade dos fatos, sem ilação ideológica, sem hipóteses desconectadas dos depoimentos colhidos. Nós estamos na fase de depoimentos: décima segunda, terceira inquirição, e nós temos infinitudes de depoimentos aprovados aqui, então temos de ter cautela para não exarar juízo de valor ainda e, principalmente, uma CPI deve obedecer aos ditames do processo legal e das regras aplicáveis a qualquer investigação, conforme, aliás, estabelece o nosso Regimento Interno.

Nesse caso, estou falando de três pilares de uma investigação. Deputado Chico Vigilante, vou sempre bater nisso aqui, porque eu sei que, no final, vai haver um relatório com individualização de conduta, presunção de inocência, devido processo legal. Fora disso, é desmontada a CPI. Ela pode até, lá na frente, passar vergonha. Exatamente por esse motivo eu insisto em dizer que imputações genéricas de fatos criminosos não subsistem às regras vigentes do processo penal, as regras vigentes processuais, embora, diariamente, sejamos surpreendidos com algumas decisões no mínimo questionáveis do ponto de vista jurídico – ressaltado: do ponto de vista jurídico. Eu, como advogado, posso não gostar de uma pessoa. Mas, se ela me dá uma decisão contrária, eu me insurgirei contra ela não no mundo da personalidade, mas no mundo do ordenamento jurídico! Eu posso enfrentar qualquer questionamento no mundo do ordenamento jurídico.

Ainda tenho esperança de que o Estado brasileiro continue sendo um estado democrático de direito. Hoje, vivemos um estado de direito, não um estado democrático. Na democracia, vigem os pilares de que lhes falei aqui há poucos momentos. Eu ainda acredito em que a justiça seja imparcial e em que as regras processuais sejam rigorosamente obedecidas. Essas regras valem para esta CPI. Se não, é nulo o processo.

Vale lembrar que a regularidade da persecução criminal incide também no nosso trabalho, pois o relatório que será produzido ao final desta CPI muito provavelmente balizará algumas das ações do Ministério Público. Continuo insistindo nesse ponto, porque o nosso trabalho não pode se concentrar apenas em uma linha de investigação, quando é de conhecimento público que outras autoridades também devem explicação à sociedade. Não dá para sair para uma linha de conduta, já com uma decisão tomada.

Conforme eu já disse em outras reuniões, a regularidade da persecução criminal exige a presença de elemento suficiente à individualização das condutas, sobretudo quando o mérito da peça acusatória obrigatoriamente estará fundamentado em um concurso de agentes.

O senhor não é a primeira pessoa que falou isto, não; outra que se sentou aí já falou também. O acampamento estava em declínio.

Peco ao presidente desta CPI que as imagens apresentadas pelo general já fiquem à

disposição da CPI, para compor, inclusive, o nosso relatório, porque nelas está clara a desmobilização.

No dia 5, pela postagem – até há pouco, na minha cabeça, era o dia 6 –, havia mais ou menos 50, 150 pessoas no acampamento! V.Exa. acabou de dizer: 80% dos que lá estavam não eram daqui, eram de fora.

Insisto: há um requerimento meu aprovado para a ANTT e o Ministério do Turismo. Que chegue a esta casa – com urgência! – a relação de quem estava nos ônibus. Nós precisamos intimar essas pessoas a virem aqui.

Aliás, presidente deputado Chico Vigilante, devemos intimar aquele fotógrafo também. Fiz uma consulta à Procuradoria desta casa, e ela já me respondeu: nada obsta a que ele venha outra vez. Então, eu gostaria que a deputada Paula Belmonte fizesse novamente o requerimento. Nele já consta a minha assinatura. Nós precisamos trazê-lo aqui porque é a chamada busca da verdade real. Ninguém é isento da lei! Ninguém! Ninguém!

Aqui, muitos falam assim: “Eu não tenho político de estimação”. Mas, às vezes, parece que têm, não parece?

Tenho certeza de que esse também é o entendimento dos demais nobres membros deste colegiado.

O trabalho desta CPI deve observar a adequada especificação dos fatos criminosos e, conseqüentemente, produzir elementos probatórios suficientes à individualização das supostas ações ilegais, preservando as instituições, porque são essenciais ao Estado brasileiro – as instituições são permanentes, as pessoas passam –, mas apurando condutas individuais que contribuíram para a ocorrência daquele momento vergonhoso da história da nossa nação. Aqueles que são culpados precisam responder, para que possamos dar uma resposta à sociedade, porque a sociedade clama por essa resposta!

Antes de entrar nas minhas perguntas, na inquirição a V.Exa., vou concluir este preâmbulo.

Senhor presidente, faço menção aos termos do art. 41 do Código de Processo Penal quanto aos requisitos – isso é importante – da validade de uma denúncia. Há pelo menos quatro requisitos. O primeiro é a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, e não é copiar e colar, na peça de culpa: o preso precisa saber do que ele está sendo acusado, para ele poder se defender. A segunda é a qualificação dos acusados. A terceira é a classificação dos crimes. E a quarta é que, em se tratando de concurso de agentes, vale destacar que a denúncia deve delimitar, de forma individualizada, a conduta de cada ator ou partícipe das ações delituosas.

Aqui estamos dentro do devido processo legal. Fora disso, rasgou-se o processo. Mas a minha preocupação é que se esteja rasgando o processo mesmo. Há muita coisa cheia de equívoco. Isso posto, não há como vincular-se o grupo que esteve no acampamento por mais de 50 dias com aqueles que chegarem em ônibus a partir do dia 6, os quais, conforme já desvendado, tinham a intenção de invadir prédios.

Eu tenho batido nessa tecla, e lá fora isso está repercutindo. As pessoas vêm falar comigo. Recebo coronéis, tenentes-coronéis. Recebo muita gente no meu gabinete. Recebo gente do povo, lideranças, pessoas que vêm falar sobre o nosso comportamento nesta CPI, preocupadas com a generalização de tudo.

O senhor estava lá como comandante do Comando Militar do Planalto. Ali era um acampamento terrorista e golpista?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Pastor Daniel, não. Era um acampamento com manifestantes. Havia ilícitos, havia comércio ilegal. Foi debelado. Havia o furto de água, o furto de energia. Todos debelados. Agora, acampamento terrorista, não. Era uma coisa que... Eu repito a ideia que já transmiti: em nenhum momento esse acampamento foi dado como ilegal ou houve qualquer ordem judicial para que fosse desmontado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Muito bem, mas aqui nós ouvimos que ali era um acampamento de golpistas, onde estavam fabricando bombas. Eu até me perguntei

sobre isso e já falei disso algumas vezes aqui. Estavam falando que lá havia crimes, tráfico de droga. Se houve e não foi combatido, prevaricou a autoridade. O povo pode, mas a autoridade policial deve. Deveria ter sido dada voz de prisão.

V.Exa., porém, já descortinou aqui que os ilícitos foram todos combatidos. Todos?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Com a colaboração constante da Secretaria de Segurança Pública, com os protocolos de ação integrada, combatemos os ilícitos e debelamos todas as irregularidades. Todos os órgãos de segurança pública que porventura tinham informação ou sentiam necessidade fizeram as suas missões. Houve mandado de prisão da Polícia Civil.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Exa. sabe dizer se foi apreendida droga lá naquele acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor. Não foi apreendida.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não foi? Não foi apreendida?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não foi apreendida. Não foi apreendida.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em hipótese alguma foi apreendida droga no acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não temos esse conhecimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sabe dizer se foi apreendido armamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Após a desmontagem do acampamento, e já no dia 10, quando nós desmontamos o acampamento, e não dá para fazer a ligação direta, mas havia um revólver dentro do lago. Esse revólver foi encontrado dentro do lago. Esse revólver faz parte de uma relação do material que foi levantado nos nossos inquéritos e encaminhado para o STF. Então, havia um revólver jogado dentro do lago.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, general. Obrigado. É porque me admiro quando se fala tanto de terrorismo aqui nesta casa, de terroristas sem arma. Se o nosso relatório, que será produzido ao final do nosso processo, não observar minimamente o que lhes falei aqui, essas regras que são basilares do devido processo legal, vou te falar, o nosso trabalho terá sido em vão. E eu peço a Deus que não seja.

Esta CPI tem protagonismo. Que a verdade real apareça, que os verdadeiros responsáveis sejam punidos, que os inocentes sejam soltos. Que o Brasil possa reencontrar a paz. E que ainda possamos continuar acreditando na justiça do nosso país. Meu pedido, rogo a Deus, eu oro. Lá em casa temos uma mania de orar pelas madrugadas, às 3 horas da manhã. E nós oramos por todas as autoridades.

O pessoal que tem conversado comigo, fala: "Daniel, mas, vira e mexe, você fala que votou nulo". E eu falo: "Eu votei", porque é verdade. Não vou mentir, eu sou pastor. Votei. Nessa não, nessa eu votei no Bolsonaro. E defendi a bandeira: "Deus, Pátria, Família e Liberdade". E continuo acreditando nela.

Agora, eu estou corrigindo o meu tempo aqui, eu estou cuidando dele. Mas eu fico, assim, estarecido com algumas decisões, deputado Thiago Manzoni. V.Exa., que é advogado, deputado Joaquim Roriz Neto, deputada Paula Belmonte, deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno, que está aqui, porque o lema da campanha do presidente Bolsonaro foi: "O amor venceu o ódio". O amor venceu o ódio, dizendo que a campanha do Bolsonaro foi de ódio, e a dele foi de amor. Não é? Ele dizia isso na campanha.

E será que esse povo sabe mesmo o que é o amor? Porque nós vivemos em um momento em que tudo do lado do Bolsonaro é que não presta e do lado do Lula é a melhor coisa que tem. Mas eu quero saber: será que esse povo sabe mesmo o que é o amor?

Olha o que é amor aqui: "Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos e não tivesse amor, seria como o metal que soa e como o sino que tine. Ainda que tivesse dom de profecia e conhecesse todos os mistérios, toda a ciência, ainda que tivesse toda a fé, de

maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria. Ainda que distribuísse toda a minha fortuna para o sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu próprio corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada disso aproveitaria”.

O amor é sofredor, é benigno. O amor não é invejoso. O amor não trata com leviandade. Não se ensoberbece, não se porta com indecência. Não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a injustiça, mas folga com a verdade. Tudo sofre, tudo crê, tudo suporta, tudo espera. O amor nunca falha!

Então, se vamos pregar o amor, pregamos na totalidade na prática, não na fala. Porque se o amor não suporta a injustiça... Nós estamos vivendo um tempo de injustiça. Ontem mesmo, foi cassado um deputado federal, ex-procurador, que quando saiu do cargo renunciou. Há um documento dele e um documento do Conselho Nacional do Ministério Público dizendo que ele não era investigado em nenhum processo ainda. E o cassaram na ótica de que ele poderia responder a um processo administrativo e isso poderia ensejar a ele a inelegibilidade. E, portanto, cassaram o mandato dele. E esquecem que descondenaram um homem que tinha a condenação em três instâncias! E deram a ele a presidência da República!

Que amor é esse? Que justiça é essa? Mas, para ir para as perguntas, vou responder a essa justiça. A justiça que eu confio é a de Deus. Eu confio na justiça do meu país porque eu sou advogado. Eu confio. Mas há justiça que está sendo feita aí que é mais revestida de um caráter de injustiça do que de justiça. Mas, a esses que prolatam essas decisões, eu quero dizer-lhes uma coisa e espero que S.Exas. estejam me ouvindo, sejam quais forem elas, de qualquer poder, Judiciário, Executivo, Legislativo: saibam os senhores que há uma justiça superior. O céu comanda a Terra. Isso nunca vai mudar. Seja feita a sua vontade na Terra como no céu. A justiça vem de Deus e a base do trono de Deus é carregada de justiça e de direito. A justiça e o direito fazem parte da base do trono de Deus. Uma hora, senhor presidente, Deus levantará para exarar a sua justiça. Porque tem inocente preso. Tem, deputado Chico Vigilante. Recebi o relato de um amigo empresário. Ele foi chamado no domingo, às 17 horas e 30 minutos. Para lá ele foi. Ele teve a infelicidade de se sentar em uma cadeira do Senado Federal quando a polícia entrou. Ele está preso até hoje. É pressão a ele. É pressão à esposa. Ele tem 2 filhas que estavam fazendo faculdade de medicina fora de Brasília. Trancaram as faculdades. Todo mundo está com depressão. O crime dele: sentar-se em uma cadeira do Senado Federal. Mas o pai da justiça é Deus. Deus trará à baila a justiça desta nação.

O Exército – nesta hora eu posso ser representado por V.Exa. que está aí, o general, 3 estrelas, não é isso? Três estrelas. O Exército é uma instituição de Estado gloriosa, que nos enche de orgulho, que protege a nação. Quanto tempo V.Exa. esteve à frente do Comando Militar do Planalto?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Pastor Daniel de Castro, eu estive à frente do Comando Militar do Planalto por 1 ano.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Um ano. Nesse tempo V.Exa. recebeu alguma comunicação expressa do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro para desmontar o acampamento? Recebeu?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – V.Exa. recebeu alguma comunicação expressa do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva para desmontar o acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor teria coragem de fazê-lo *ex officio*? Não fez, né? Não teria, não, né?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Acho que não é uma questão...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – De vontade própria o senhor teria coragem de fazer? Da sua própria vontade?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Acho que não é uma questão de coragem. É uma questão de seguimento do marco legal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Maravilha. Ainda tenho 3 minutos. V.Exa., por acaso, assistiu a um trecho do vídeo das invasões, onde manifestantes simulavam o arrombamento de uma porta que já estava destrancada, mas tiveram o cuidado de esperar o fotógrafo para registrar a imagem e, em seguida, também tiveram o cuidado de verificar se o registro havia ficado esteticamente perfeito? V.Exa. chegou a assistir àquele vídeo?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não me recordo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não recorda não?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É porque eu quero deixar aqui registrado mesmo, general. Por isso fiz essa pergunta.

Conforme relatório técnico jurídico preliminar 01, de 15 de janeiro de 2023, elaborado pelo comando-geral da Polícia Militar, o deslocamento dos manifestantes saiu do QG por volta de 13 horas, de forma pacífica, e chegou à Esplanada por volta de 14 horas e 30 minutos. Então, ainda segundo o relatório, entre 14 horas e 30 minutos e 14 horas e 45 minutos, ocorreu uma mudança de animosidade, o que culminou com a invasão do Congresso, do Palácio do Planalto, às 15 horas e 10 minutos. E o STF foi tomado às 15 horas e 40 minutos. Ou seja, em 40 minutos, os manifestantes invadiram o Congresso e o Planalto e, 30 minutos mais tarde, eles invadiram o STF. Pela sua experiência profissional, seria aceitável imaginar que aquele grupo que ficou acampado em frente ao QG por mais de 50 dias e que, na véspera dos fatos, não chegavam a 2 centenas – como falou vossa excelência –, agiria com tanta precisão e estratégia a ponto de descer a Esplanada pacificamente e, no momento mais apropriado, abruptamente, invadir os três principais prédios da República em menos de uma hora?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, o que eu posso responder para o senhor são os fatos. Os fatos são que, no dia 6, o acampamento estava com 150 pessoas, conforme a matéria do UOL; no dia 7, chegaram ônibus de fora de Brasília, cerca de 70, 80 foram para o SMU; no dia 8, a manifestação iniciou – como o senhor falou – pacificamente às 13 horas, e, às 14 horas e 30 minutos, perdeu-se o controle da manifestação na altura do Tatuí. A partir daí, houve a invasão sucessiva dos prédios públicos, das sedes dos Poderes, e nós vimos os atos de vandalismo que se sucederam. Exatamente essa narrativa, de fato, é o que aconteceu. As pessoas que também participaram disso não estavam unicamente no acampamento. Há imagens que pessoas de Brasília entraram ali. A gente consegue ver as imagens das pessoas passando através... no meio dos prédios dos ministérios e chegando lá.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, general.

Presidente, para finalizar, eu só quero deixar registrado aqui, nesta casa, que, lá atrás, quando houve a convocação dos generais, eu cheguei a sugerir que não fosse uma convocação, fosse um convite, mas fui refutado por algum membro aqui dizendo: “Não, nós não temos ninguém de estimação”. Todos precisam ser ou convidados ou intimados. E hoje eu fico feliz pelo que aconteceu. Essas autoridades – e aqui não se faz distinção de pessoas, até porque todos são iguais perante a lei –, essas pessoas, essas autoridades, como os generais, a convocação de todos eles foi transformada em convite, o que mostra que esse parlamentar aqui estava assertivo, não por preterir uma pessoa a outra, mas pelo princípio de autoridade também.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer a Deus por esse dia. Eu gostaria de agradecer a presença do senhor, general, e parabenizar a postura do senhor diante de todos os questionamentos. Eu tenho uma admiração enorme pelo trabalho do Exército Brasileiro. O senhor pode ter certeza disso.

Antes de fazer as minhas perguntas, eu gostaria de fazer algumas considerações. A primeira é referente a algo que aconteceu na quinta-feira passada, inclusive na reunião da CPI, quando eu fui chamado de mentiroso e eu tive o direito de resposta negado. Eu tive o direito de resposta negado! Desde o início dessa investigação... Eu continuo aqui reafirmando a minha dificuldade de trazer requerimentos que não são de interesse de alguns. Isso não é segredo. Já chegaram assessores; já chegaram outros membros; já chegaram delegados, que estão ajudando nas investigações; já chegaram até membros da imprensa perguntando o porquê disso, o porquê dessa dificuldade. E eu continuo sem resposta.

Eu quero falar, agora, direcionado para o presidente da CPI, que a função desta presidência que o senhor está à frente é conduzir os trabalhos, não é censurar a fala dos membros que não estão de acordo com as próprias ideologias de V.Exa. Vou falar uma coisa: a posição de V.Exa. na presidência – V.Exa. lembra – foi defendida naquela sala. Estávamos saindo da sala e indo para o voto, que seria aberto, e V.Exa. havia declarado que não iria fazer parte desta CPI se não estivesse ou na relatoria ou na presidência, justamente para poder haver uma igualdade de ideologias representadas em posições de comando à frente da CPI. Estávamos andando para ir para o voto. Eu bati o pé e falei para o presidente deputado Wellington Luiz que não poderia ser nesse formato, que iria ficar ruim perante os olhos da população e que precisávamos... Eu defendi V.Exa. para ser o presidente. V.Exa. se lembra disso. Eu só queria deixar isso bem claro.

Agora, uma das coisas que me espantam é justamente o fato de V.Exa., que é defensor da liberdade, que viveu durante os anos da ditadura, estar com um poder momentâneo para limitar os questionamentos que são feitos pelos membros de direita. Vou falar uma coisa: tenho um respeito enorme por V.Exa., deputado. V.Exa. é decano desta casa. Quando eu nasci, o senhor já era deputado. Eu sou o deputado mais jovem desta casa. O que espero é conselho, não é opressão. Eu não estou indignado, eu não estou frustrado. A única palavra com que posso descrever a situação da semana passada é decepção, porque sou jovem, quero aprender e V.Exa. tem muito o que nos ensinar. Mas acredito que a postura da semana passada não foi correta.

Foram feitas aqui algumas acusações sobre práticas feitas durante os acampamentos, deputado Pastor Daniel de Castro: que havia tráfico de drogas, que havia prostituição, que havia isso e aquilo, general. Eu gostei muito da resposta que o senhor deu: que não foi comprovado e que havia um plano em prática caso houvesse. É muito importante salientar que não foi comprovado. E é engraçado que ninguém fala, por exemplo, da bebedeira, da cachaçada que houve nos 580 dias de vigília na frente da prisão onde o Lula estava preso. Havia mais bebida lá do que no Buteco do Gustavo Lima. Havia muita bebida lá. Era uma cachaçada que era uma beleza. Mas disso ninguém fala.

Acho que temos de contextualizar algumas coisas. Precisamos voltar um pouco para a realidade, comparar um pouco essas manifestações do bem – V.Exa. falou, deputado Pastor Daniel de Castro, que o amor venceu o ódio... Vou citar alguns exemplos dos últimos anos. Em 2016, vândalos com roupas de bandeiras partidárias da esquerda destruíram a sede do Ministério da Educação. Também em 2016, houve vândalos que marcharam até a Esplanada e destruíram prédios públicos até chegarem ao Congresso. Foi denunciada e registrada outra cachaçada. Em 2020, houve manifestantes pacíficos que destruíram e tacaram fogo no Ministério da Agricultura, deputada Paula Belmonte! Agora, se falarem que isso é manifestação pacífica, temos que rir para não chorarmos.

General, sobre os fatos dos dias 12 de dezembro e 8 de janeiro – nós precisamos apurar os culpados, os julgados e condená-los, sim –, ao senhor, como ex-comandante da área onde os manifestantes estavam acampados, eu queria fazer um questionamento: como era a postura desses acampados? O Exército, sob o comando do senhor, verificou se aquelas pessoas estavam, de fato, chegando a planejar ou planejando algum ato extremo? O senhor conseguiu identificar isso?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Joaquim Roriz Neto, boa tarde. Não. As pessoas estavam lá, elas passavam... Houve mudança de perfil no acampamento. No mês de novembro, as pessoas estavam lá muito voltadas para estarem rezando, para estarem cantando. Na medida em que houve a diplomação, as pessoas foram

perdendo a motivação e foram saindo do acampamento, e nós intensificamos as ações de desmonte do acampamento, conforme eu mostrei nas fotografias aqui, mais cedo. Os ilícitos que eram detectados eram, imediatamente, combatidos. Em nenhum momento houve o levantamento de um planejamento de qualquer coisa, como, por exemplo, a catástrofe do dia 8 de janeiro.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sim. É muito importante. O senhor falou que houve essa mudança de perfil e foram muito esclarecedoras essas fotos que o senhor trouxe, mostrando, justamente, a desmobilização.

Eu acredito que seja até um ponto que alguns dos outros deputados levantaram – eu cheguei um pouco tarde, estava terminando de almoçar. As pessoas que estavam no dia 8, de acordo com as fotos e o próprio depoimento do senhor, não eram as mesmas que estavam nos acampamentos. É isso? Pode afirmar isso?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor, deputado. Essa é uma das ideias que eu quero transmitir. As pessoas que chegaram no dia 7 eram pessoas diferentes das que tinham estado no acampamento...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Que estavam fazendo as manifestações pacíficas, orando, como o senhor falou.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Eu queria que isso ficasse bem claro no relatório, que, eu tenho certeza, vai ser muito bem feito pelo nosso deputado Hermeto.

Ao senhor, como general, eu vou fazer uma pergunta: o senhor tem familiaridade com o termo “operação de bandeira falsa”?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Operação...?

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Bandeira falsa.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não, senhor, deputado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Não?

Eu vou ler a definição para o senhor.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Operação de bandeira falsa é definida como uma estratégia que pode ser executada por órgãos governamentais, por próprios militares, que foi muito utilizada nos últimos anos, inclusive pelos Estados Unidos e outros exemplos que eu vou dar agora. São atividades feitas de forma a dar impressão de que foram realizadas por outras pessoas ou grupos – ataques contra o próprio país –, com a finalidade de justificar atos extremos, como guerra ou medidas judiciais extremas.

Para as pessoas não acharem que isso é uma ideia fantasiosa, de filme de ação de James Bond, eu vou dar alguns exemplos, na história, de operações que foram deflagradas anos depois e que se enquadram dentro desse mesmo quesito de operação de bandeira falsa.

Em 1931, no chamado Incidente de Mukden, os militares japoneses provocaram, de forma deliberada, ataques contra as próprias cidades, como um pretexto para invadirem Manchúria.

Em 1953, na denominada Operação Ajax, o governo da Grã-Bretanha, com o intuito de derrubar o regime democraticamente eleito do Irã, instalou propagandas e táticas de guerrilha a fim de aumentar apoio público para poder fazer essas invasões.

De 1979 a 1983, o Serviço Secreto Israelense atacou contra o seu próprio estado com o uso de carro-bomba que matou centenas de civis. Por quê? Para justificar uma invasão no Líbano e causar o terror e o medo.

Em 2009, o ex-presidente da Colômbia Juan Manuel Santos encomendou mortes de civis e fardou-os como militares para mostrar sucesso no combate à guerrilha. E isso foi descoberto depois por matérias do governo norte-americano que acabaram sendo deflagradas.

O senhor acha ou o senhor acredita que existe uma possibilidade de que essa operação de bandeira falsa foi algo que pelo menos foi cogitado dentro desse contexto do dia 8 de janeiro?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Joaquim Roriz Neto, o senhor me desculpa, mas eu não acho que... eu não tenho condições de achar nada. Essa aí... eu acredito que a CPI aqui, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal estão analisando os fatos e chegando às conclusões verdadeiras.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – General, eu ainda tenho um tempo aqui restante, mas as poucas perguntas que eu tinha já foram feitas por outros parlamentares.

Eu gostaria, de novo, de agradecer a sua presença. O senhor foi convidado e veio de livre e espontânea vontade. Isso mostra uma intenção de, realmente, esclarecer os fatos e mostrar a verdade. Por isso eu fico muito agradecido e, acima de qualquer outra coisa, a população fica muito agradecida.

Muito obrigado e eu cedo o resto do meu tempo.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por 15 minutos, o suplente desta CPI, deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Presidente Chico Vigilante, boa tarde; boa tarde, general Dutra.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Boa tarde.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Essa é a primeira vez que, como representante do povo do DF aqui nesta casa, eu tenho a oportunidade de estar diante de um representante do Exército Brasileiro, essa honrada instituição que há séculos defende a nossa pátria e a nossa nação. O Exército verdadeiro, o Exército de Caxias. Dizem por aí que existem outros exércitos, mas existe um só: o Exército Brasileiro, Exército de Caxias.

E na pessoa de V.Exa., que é o primeiro dos generais que vão depor nessa CPI, eu gostaria de como cidadão honrar o Exército Brasileiro, que tanto nos honra em todo o território nacional e fora, como, por exemplo, na missão na Força de Paz no Haiti, por ocasião da década passada, em que o Exército Brasileiro fez um trabalho belíssimo no Haiti.

Então, eu gostaria de honrar a todos do Exército Brasileiro, na pessoa de V.Exa., e agradecer a aceitação do convite para estar aqui para depor e para contribuir com a investigação que é feita nesta casa.

As suas respostas trouxeram elementos muito importantes para nós. A maioria das perguntas que eu tinha a fazer já foram respondidas. Eu vou fazer apenas duas. Mas, antes, eu vou fazer um breve preâmbulo me dando a liberdade de hoje discordar do meu amigo, deputado Pastor Daniel de Castro. Antes eu vou concordar, para depois discordar.

O deputado Pastor Daniel de Castro falou de amor e citou uma passagem bíblica para falar de amor. V.Exa. fala com um ímpeto que parece até que está na igreja pregando. Deus lhe deu o dom de pregar. O amor jamais acaba. O amor não é um sentimento, é uma pessoa. Então, eu quero concordar com esse início, para discordar em relação ao Estado de direito, porque o Estado de direito nos coloca todos em igualdade perante a lei. Todos em um Estado de direito são iguais perante a lei. O art. 5º da nossa Constituição diz isso.

Um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta, nos últimos anos – isso não vem de hoje –, é a flexibilização do nosso ordenamento jurídico a depender de quem está ocupando o polo ativo ou o polo passivo de determinada demanda. Isso é péssimo para a nossa história. Eu não estou aqui, neste momento, para falar de a ou de b, mas ontem eu conversava com o deputado Gabriel Magno, ao final da sessão que nós tivemos aqui, e eu falei: “O momento que nós atravessamos no Brasil é perigosíssimo, porque o nosso ordenamento jurídico está sendo flexibilizado de maneira reiterada e isso está maculando o Estado de direito”. Daqui a pouco não teremos mais o império das leis, e é o império das leis – ou seja, é o Estado de direito – que faz frente ao autoritarismo.

Foi o nascimento do Estado de direito que colocou os monarcas absolutistas em patamar de igualdade com a população. Eles também teriam, a partir de então, que se sujeitar à lei. Isso é primordial. Isso é primordial. Então, a lei tem que valer de maneira igual para todos. E o que nós temos assistido, nas últimas décadas, é a flexibilização disso.

Preocupa-me muito quando ouvimos aqui que o Código de Processo Penal está sendo maculado – mas não é só agora. Nós precisamos ser justos. Ele o foi também em algumas fases da Operação Lava Jato, e eu falava isso aqui com o deputado Gabriel ontem. Então, não podemos defender que haja essa flexibilização, porque na ocasião ela é benéfica para este ou aquele por quem temos mais predileção ou menos predileção.

Eu só quero discordar em relação a essa fala, deputado Pastor Daniel de Castro, porque a minha opinião é que o Estado de direito no Brasil está muito combalido e me parece que, em alguma medida, o absolutismo se revela na nossa sociedade. Preocupa-me muito que nós estejamos nos acostumando a conviver com isso.

V.Exa., deputado Pastor Daniel de Castro, citou o caso do deputado Deltan Dallagnol. Eu tenho algumas reservas em relação ao deputado Deltan Dallagnol. Ele nem do meu partido é. De modo que, ao falar eventualmente em defesa do mandato dele, não é pela pessoa, é pelos 344 mil paranaenses que saíram de casa no dia 2 de outubro de 2022 e apertaram o número dele, sabendo que o registro da candidatura dele havia sido deferido pelo TRE. Não se pode flexibilizar isso agora, gente. O TSE não pode julgar contra precedentes dele mesmo. É ruim para a nação. Nós precisamos voltar ao Estado de direito.

Os deputados que me antecederam falaram de pessoas que estão injustamente presas. E é lamentável que nós tenhamos, como cidadãos, a impressão de que existem pessoas que estão presas de maneira injusta. É ruim para o Estado de direito do Brasil. É ruim para a nossa democracia porque, a partir do momento em que nós perdemos a confiança nas nossas instituições democráticas, vai sobrar muito pouca coisa para a gente que não seja absolutismo e autoritarismo. E isso é péssimo. Isso é péssimo.

Falando em instituições, eu volto a falar sobre o Exército Brasileiro para dizer que há bem pouco tempo, até bem pouco tempo, o Exército Brasileiro era a instituição tida como a mais confiável do Brasil. As pesquisas colocavam o Exército à frente de todas as outras instituições e talvez por isso as pessoas tenham se sentido seguras para se manifestarem em frente aos quartéis-generais ao redor do Brasil. E o general Dutra muito bem esclareceu que, nas regiões do Brasil, nas cidades do Brasil onde houve ordem judicial para que se desmontasse os acampamentos, esses acampamentos foram desmontados e trouxe para nós, outra vez, uma informação que nós já temos conhecimento. Aliás, esse é o terceiro ou quarto depoimento que aponta para a mesma direção: que aquele acampamento inexistia praticamente no dia 6 de janeiro de 2023. Havia barraca lá, não havia mais pessoas.

A Polícia Militar do Distrito Federal, quando esteve aqui, falou a mesma coisa através dos seus representantes. Nós tínhamos 150 pessoas lá e a Polícia Militar falou que havia outras 150 aproximadamente, que iam lá porque havia comida de graça, pessoas em situação de vulnerabilidade social. De modo que, está muito claro, havia dois grupos. Isso está muito claro. O grupo do dia 8 não é o grupo que ocupava aquele acampamento anteriormente, mas existiam 150 pessoas lá, general.

E esta é a primeira pergunta que eu quero fazer a vossa excelência: é possível afirmar com certeza que as 150 pessoas que estavam naquele acampamento se dirigiram até os prédios dos três Poderes na tarde dia 8 de janeiro de 2023?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Thiago Manzoni, boa tarde. Não, eu não tenho como afirmar isso. Das pessoas que estavam ali, como o senhor falou, muitas delas estavam em situação de vulnerabilidade social, pessoas em situação de rua e também pessoas que haviam chegado em Brasília ao longo do período das manifestações e que não tinham dinheiro para retornar aos seus estados. Então, dessas 150 pessoas, mais ou menos, que estavam ali no dia 6, eu diria para o senhor que metade eram pessoas... Tanto é que isso provocou uma reunião que eu tive a oportunidade de ter com o antigo secretário de Segurança Pública, o doutor Anderson Torres. Como eu fiz questão de frisar ao longo de toda a minha oitiva aqui, a relação do CMP com a Secretaria de Segurança Pública é muito próxima,

nós trabalhamos muito juntos em coordenação ao longo do ano todo. Aí eu vou emitir a minha opinião. De maneira muito acertada, o secretário de segurança não foi trocado por ocasião da posse. O secretário Júlio Danilo permaneceu à frente da Secretaria de Segurança Pública. A posse foi um megaevento, e, para aquela organização da posse, foram realizadas cerca de 40 reuniões. Essas reuniões, entre reuniões centrais e reuniões temáticas, foram em torno de 40, e o secretário estava à frente. Ele participou de todo o planejamento, e houve a troca na Secretaria de Segurança Pública, se eu não me equivoco, no dia 3 de janeiro. Aí eu fui convidado para um cafezinho de cortesia com o doutor Anderson para nós nos conhecermos porque nós não nos conhecíamos. Eu aproveitei esse convite para pedir que estivesse presente a secretária de desenvolvimento social do Distrito Federal, porque nós precisávamos resolver a situação das pessoas com vulnerabilidade social e dessas pessoas que não tinham recursos para retornar para os seus estados. Então, essa reunião aconteceu na Secretaria de Segurança Pública, no dia 6, às 10 horas da manhã. Foi um cafezinho de cortesia, com a duração de aproximadamente uns 20 minutos, onde nós conversamos amenidades. Eu pedi à secretária – estava presente –, e nós marcamos que ela iria com uma equipe na terça-feira, dia 9, verificar a situação das pessoas, porque essas pessoas em vulnerabilidade têm diferentes destinos, de acordo com a avaliação da secretaria. Então, sendo objetivo na resposta ao senhor, eu não tenho como dizer que aquelas pessoas que estavam lá no dia 6 permaneciam no dia 8 e se foram até os prédios públicos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, general. Quero voltar ao início da minha fala para fazer uma correção. Quando eu disse que tinha reserva em relação ao Deputado Federal Deltan Dallagnol, na verdade é uma reserva sob o ponto de vista ideológico, não pessoal. Eu nem o conheço pessoalmente. Tenho algumas discordâncias. Quero me corrigir para não parecer que é pessoal. Eu nem o conheço pessoalmente.

Então, havia essas 150 pessoas, as providências estavam sendo adotadas e, até o dia 6, até a data dessa reunião, não havia chegado nem um ônibus daqueles que vieram dos outros estados ao Distrito Federal. Confere?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Confere, sim, senhor. Os ônibus chegaram dia 7.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, general. Então, eram 150 pessoas. Esses ônibus chegam, param fora do SMU, como o senhor falou anteriormente, e as pessoas se dirigem andando. No dia seguinte, elas saem para a manifestação. Acontece aquele quebra-quebra, aqueles danos ao patrimônio público, aquelas cenas lamentáveis que não têm explicação e não têm cabimento. Elas regressam – pelo menos parte delas – ao Setor Militar Urbano. As barracas que estavam lá não tinham sido colocadas lá por elas, confere? Já estavam lá.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eram barracas que nós não tínhamos tido condições de tirar. O senhor repara, pelas fotos que eu mostrei, que eram barracas grandes – as barracas individuais já não estavam lá. E eram barracas que iriam ser tiradas naquela semana.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Diante de tudo o que o senhor já expôs aqui que havia acontecido, eles dormiram lá?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – O dia seguinte amanhece e 6 e meia da manhã os ônibus estão lá para levar aquelas pessoas para o ginásio da Polícia Federal. Houve ordem de prisão daquelas pessoas?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, houve um mandado do Ministro Alexandre de Moraes. Nós coordenamos as ações com a presença dos ministros da Casa Civil, da Justiça, da Defesa e do comandante do Exército. Quem coordenou a operação e executou a operação foi a Secretaria de Segurança Pública. O Exército prestou o apoio para que essa operação fosse realizada com êxito, como o foi.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, havia mandado de prisão dessas pessoas?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Havia ordem do Ministro Alexandre de

Moraes.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Em relação às pessoas que haviam sido presas no interior dos prédios, elas foram destinadas diretamente? Elas não voltaram para o acampamento? Porque vimos nas imagens que havia pessoas lá que foram presas. Elas já foram direcionadas para a polícia?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As pessoas que foram presas na Esplanada foram presas na Esplanada. As pessoas que foram presas no acampamento foram presas no acampamento.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Ah, então há dois grupos de presos também: os que foram presos lá na Esplanada foram diretamente para o nosso sistema prisional e, no dia seguinte, os outros foram para a sede da Polícia Federal.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, eu não tenho conhecimento, eu acredito que sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu lhe agradeço as respostas, general. E lhe agradeço a presença, a cordialidade de suas respostas e ter trazido tanto esclarecimento para esta CPI. Obrigado.

Desejo uma boa tarde para o senhor.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Muito obrigado, deputado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, deputado suplente nesta comissão, por até 15 minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Eu quero saudar a presença do general Dutra nesta CPI.

Peço licença, general, antes de começar algumas indagações que tenho a V.Sa. – a sua opinião é muito importante, até pelo o que foi dito aqui – para fazer um registro.

Quero, publicamente, mais uma vez parabenizar o deputado Chico Vigilante pela condução brilhante desta CPI. É importante dizer isso, general, quem assiste a nós, porque na história da política brasileira, infelizmente, existe uma opinião pública de que geralmente as CPIs acabam em *pizza*; e de que o parlamento às vezes não leva a sério aqueles processos de investigação. A condução que o deputado Chico Vigilante tem feito nesta CPI mostra o contrário. Mostra que esta casa e que esta CPI têm compromisso com a verdade dos fatos – aliás, muito graves – ocorridos no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro.

Faço esse registro, porque parece que algumas teses foram mudando ao longo do tempo por conveniências. E agora há uma tese até estapafúrdia, de pouquíssima inteligência, de que a responsabilidade da tentativa de um golpe de Estado é do PT. Vão dizer daqui a pouco que os atos e as ações lá na Grã-Bretanha, no Líbano, na década de 1950 e de 1960, foram organizados também pelo PT, antes mesmo de ter nascido o Partido dos Trabalhadores, que foi fundado em 1980.

Dito isso, general, quero iniciar a minha fala. Vou dirigir ao senhor algumas questões sobre, fundamentalmente, o acampamento. Eu acho que ele é muito importante para entendermos a tentativa de golpe de Estado que não foi bem-sucedida no dia 8 de janeiro.

Várias pessoas que vieram a esta CPI, coronéis da Polícia Militar, pessoas que estavam na condução da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal disseram e afirmaram – inclusive, ministros do Supremo Tribunal Federal – que o acampamento em frente ao QG, aqui em Brasília – vou abrir aspas – era incubadora criminosa de terroristas. Aqui foi dito que a PM tentou desmobilizar várias vezes o acampamento e foi impedida pelo Exército; o senhor, no seu depoimento aqui, disse que não.

Aqui foi dito também, por outras pessoas que vieram, que nunca tinham visto, da força de segurança pública desta cidade, tamanha permissividade com o acampamento em questão, que tinha ali nítidas e notórias práticas criminosas.

Quero perguntar a V.Sa. qual era a opinião do Comando Militar do Planalto e do

Exército Brasileiro – principalmente do comando – sobre o mérito daqueles acampamentos. Qual era a opinião para não ter – como o senhor disse aqui – feito nenhum movimento de desmobilização ou de retirada, mas apenas intervenções pontuais sobre alguns delitos que estavam sendo cometidos?

Nós temos várias imagens, vários vídeos, vários relatos, inclusive, do ano passado, de que ali, naquele acampamento, havia, como mérito, uma prática criminosa: a tentativa de um golpe de Estado. Ali foram organizadas várias manifestações contra o resultado das eleições, contra as urnas eletrônicas, e até para tentar impedir a diplomação e a posse do presidente Lula.

Eu gostaria de saber do senhor qual era a opinião do comando sobre aquele acampamento diante de tantos fatos de que ali havia não só crime de tráfico de drogas, de questões ilegais, mas também crime contra o Estado democrático brasileiro – um acampamento que ficou mais de 2 meses levantado na frente do quartel-general.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Gabriel Magno, boa tarde e muito obrigado. Deputado, como eu mencionei, o acampamento... não houve nenhuma instituição que tenha declarado o acampamento uma manifestação ilegal. Como nós já declaramos também, nas cidades onde houve a ordem judicial para o desmonte do acampamento – eu dou os exemplos de Belo Horizonte e Belém –, o acampamento foi desmontado imediatamente. Todos os ilícitos que chegaram ao conhecimento, ou foram detectados que poderiam estar acontecendo no acampamento, foram imediatamente debelados. Todos os órgãos de segurança pública que quiseram e que tiveram a necessidade de fazer qualquer intervenção na área do acampamento – e eu gostaria de frisar que aquela área é uma área de servidão militar, mas não é uma área militar –, todos os órgãos de segurança pública realizaram operações ali de acordo com as suas necessidades. É o caso da Polícia Civil, é o caso da Polícia Federal, é o caso da Polícia Militar. Há ilações, há suposições de que poderia estar acontecendo isso que o senhor mencionou, mas não há nada que comprove. Inclusive, eu citei mais cedo que houve uma tentativa de mandado de prisão da pessoa que está presa hoje pela tentativa de atentado no Aeroporto de Brasília. Essa pessoa foi presa num apartamento no Sudoeste, usando tornozeleira eletrônica e com um arsenal bélico junto a ela muito superior ao que ela teria usado na tentativa. Então, não vejo uma pessoa ser insana para, com tornozeleira eletrônica, ir a um local público, a um local de fácil visibilidade, e tentar cometer um crime tão grave quanto buscar ilegalmente explosivos. Então, eu gostaria de deixar bem firmada esta ideia à força: que as ilegalidades que foram detectadas foram imediatamente combatidas e não houve nenhuma conivência ou conveniência com os ilícitos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – General, foram nítidos e notórios os crimes que foram cometidos no dia 12 de dezembro, no dia da diplomação do presidente Lula. Tentaram transformar o Distrito Federal, Brasília, o centro da cidade numa praça de guerra, queimando viaturas, tocando fogo em vários lugares, impedindo... uma serie... Tentaram cometer um atentado ao prédio da Polícia Federal.

Também foi dito a esta CPI que, depois do dia 12, dos atos criminosos – ali foi fato flagrante e notório, apesar de não ter havido nenhuma prisão naquele dia 12 –, várias pessoas que estavam presentes, realizando aquele esquema, voltaram também para o acampamento e que, depois do dia 12 de dezembro, o acampamento ficou ainda mais radicalizado, inclusive, como as investigações mostram, com a tentativa de explodir uma bomba no Aeroporto Internacional de Brasília. Foi um atentado criminoso e terrorista que foi, dentro do acampamento, gerenciado, articulado e pensado – essa tentativa criminosa de soltar uma bomba no Aeroporto de Brasília.

Então, mesmo depois do dia 12, não havia, por parte do Exército Brasileiro, a desmobilização imediata desse acampamento, mesmo sem sentença judicial, diante dos crimes flagrantes?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, os crimes, como o senhor mencionou, foram no centro da cidade; não foram no SMU. O Exército não tem nenhuma jurisprudência para combater esses crimes. Não teria por que, não tinha decreto GLO, uma

atividade de segurança pública. Não houve a comprovação de que essas pessoas retornaram para o acampamento. Como o senhor mencionou, não houve prisão, mas não tem, da mesma forma, como comprovar que eles voltaram para o acampamento. Após o dia 12, após a diplomação – como nós sabíamos que tínhamos que desmontar o acampamento –, nós intensificamos as nossas ações de estratégia indireta, sempre com uma preocupação muito grande com a preservação da vida humana. E eu mostrei fotos mais cedo para os senhores que, depois do dia 12, a partir do dia 13, a desmontagem do acampamento foi muito acelerada. Eu repito a ideia dessa atrocidade que houve, desse atentado, dessa tentativa de atentado num caminhão de combustível, o cidadão responsável por isso foi preso num apartamento no Sudoeste com arsenal bélico muito maior do que o utilizado e usando tornozeleira eletrônica. Eu não acho que ele seria insano suficiente para, com tornozeleira eletrônica, pegar o que ele não precisava, porque ele já tinha em casa, numa área pública.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Com todo respeito às pessoas que sofrem de saúde mental – é preciso tratar dessa política pública –, de fato, vários naquele acampamento, nessa tentativa de golpe, pareciam não estar muito... É importante dizer isso, general, mas não dá para relativizar a gravidade, porque nós estamos falando, general, de tentativa de golpe de Estado. Esse é um crime que tem uma peculiaridade. Ele precisa ser combatido antes de acontecer, porque, depois que acontece o golpe de Estado, você não tem mais o que fazer. Por isso, é tão difícil também o papel desta CPI. Ela é muito importante, porque estamos falando aqui de um crime que é a tentativa de um golpe de Estado. Era preciso e necessário que houvesse ação de vários atores nesse processo. Nós estamos vendo – nesses últimos dias esta CPI tem mostrado – que houve muita falha por ação concreta, mas também por omissão.

Quero dizer isso, porque nós não podemos relativizar, dizer que as pessoas estavam apenas fora do seu estado de saúde mental. Foi planejado, foi organizado e houve omissão. Foi um crime grave. A última vez que aconteceu isso no Brasil, general, em 1964, nós vivenciamos 21 anos de uma tragédia neste país. Houve muitas violações dos direitos políticos, dos direitos humanos, dos direitos físicos do povo brasileiro. Ainda bem que a tentativa de golpe não aconteceu, não se concretizou no dia 8 de janeiro, mas ela foi gerenciada, foi pensada, e esse crime foi operacionalizado. E, na nossa opinião, como foi mostrado aqui em vários vídeos, ficam nítidas algumas questões. O senhor nos mostrou um vídeo de um relato de um desses criminosos que tentaram dar o golpe de Estado no dia 6 de janeiro, já governo Lula. Diz: “Nunca colocaram barreiras como essa”. Isso mostra que, até o dia 31 de dezembro, o governo brasileiro foi conivente com essa organização e essa tentativa de golpe de Estado. Infelizmente, general, o ex-presidente da República, teve um papel muito negativo na história brasileira – a história será implacável – porque, infelizmente, ele tentou cooptar as Forças Armadas brasileiras e tentou incidir sobre uma parte dela. Ainda bem que estamos hoje com a sua presença importante. As Forças Armadas e o Exército Brasileiro não foram cooptados por essa tentativa, mas foram feitas várias declarações – nós vimos aqui algumas delas –, incitando, inclusive, intervenção militar, desrespeito à ordem jurídica brasileira, ao sistema eleitoral brasileiro. Então é preciso que todas as investigações levem a essa verdade de quem operou, de quem operacionalizou.

Inclusive, parabeno o Exército Brasileiro por, novamente este ano – depois dos últimos 4 anos, de 2019 até 2022 –, não ter comemorado o golpe militar no dia 31 de março, que é um período muito triste da história brasileira.

Quero concluir aqui, general, com mais uma questão. Toda a vez que comparece aqui algum membro das Forças Armadas ou da segurança pública – e escutamos alguns empresários também –, percebemos que houve e há uma profunda diferença de tratamento durante esse período pós 30 de outubro, porque houve uma grande omissão.

O senhor colocou aqui que o Exército só poderia agir a partir de uma decisão judicial que não houve. Bom, parece-me então que seria a autoridade ou de um comando superior do próprio Exército ou do próprio poder público do Executivo local – governo do Distrito Federal ou governo federal. Nós estamos falando do acampamento de 30 de outubro a 31 de dezembro. E não foi feito nenhum movimento por parte do governador Ibaneis e do ex-presidente Jair Bolsonaro para tentar desocupar aquela área.

Falo isso, general, porque é latente e notória a diferença de tratamento. Se era por

ordem judicial, por que as autoridades não pediram a reintegração de posse? Porque elas usam, com manifestações democráticas, esse instrumento.

Estou inclusive identificado aqui. Os professores desta cidade fazem uma greve agora, legítima, por direitos. A primeira ação do governo do Distrito Federal foi procurar a justiça. E não o fez durante três meses com um acampamento onde havia indícios de muitas ilegalidades. Parece que há uma falta de compromisso ou houve uma falta de compromisso e omissão também das autoridades do governo federal, que se encerrou no dia 31 de dezembro, e do governo local, que foi reeleito e continua governando essa cidade. Era preciso ter uma ação.

Fica uma última questão, general. O senhor disse que, por diversas razões, a manutenção de um acampamento naquela área é, de certa maneira, estratégica, porque não atrapalha o trânsito, não incomoda e várias coisas. A marcha das margaridas acontecerá no dia 15 de agosto. São 200 mulheres, elas podem ficar...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Terminou o tempo, deputado.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte, por até 15 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, se o depoente quiser responder, não tem problema para mim, desde que não pegue o meu tempo. Só peço ao presidente que bloqueie o tempo para que o senhor possa responder. Como que fica, presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O general Dutra vai responder a pergunta em 30 segundos. Em seguida, eu conto o tempo de V.Exa.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, não cabe ao Exército permitir ou não. Cabe ao poder público, às instituições aí e o Exército não vai... Não é responsabilidade do Exército julgar se é legal ou ilegal.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Deputada Paula Belmonte está com a palavra agora, por 15 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata. Que Deus abençoe a todos nós. Quero dizer, general Dutra, que, hoje, para mim, de todos os depoimentos aqui, esse é o mais importante. Esse foi o mais esclarecedor e o mais importante. Eu quero dizer que existia no corredor da casa o entendimento de que tudo foi culpa no Exército. E nós não vamos deixar isso acontecer.

O objetivo de o senhor vir aqui, de livre e espontânea vontade, respondendo as perguntas com tanta tranquilidade, com tanta firmeza, mostrando que o senhor não está aqui a mando de um ou de outro, mas cumprindo o seu dever de defender a nossa Constituição Federal... Parabéns! Parabéns ao senhor e a todo o Comando das Forças Armadas! Que nós tenhamos os brasileiros reconhecendo isso, reconhecendo as Forças Armadas, que é a guardiã verdadeira. Eu, cada dia mais, tenho mais esperanças nas Forças Armadas, porque o guardião deveria ser o STF, mas nós estamos vendo fazerem gambiarra com a nossa Constituição Federal. Os senhores, em nenhum momento, quiseram sair e não saíram das linhas da Constituição. Parabéns!

General, aqui o senhor repetiu, algumas vezes, afirmações a respeito da ordem judicial. Que o senhor não fez nada ou o Comando do Exército não fez nada porque não havia ordem judicial. É isso, não é?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada Paula Belmonte, boa tarde. Eu gostaria de dizer que nós não fizemos nada em que houvesse o emprego da força ou que colocasse em risco o patrimônio público ou a vida humana, mas nós fizemos muita coisa para desmobilizar o acampamento. Nós fizemos muita coisa para desmotivar as pessoas a ficarem acampadas. Nós tínhamos, o tempo todo, uma preocupação gigante com a vida humana e com a dignidade da pessoa que estava na manifestação. Mas, no tocante à ação direta com o

emprego da força, nós não fizemos, porque não houve ordem judicial e tampouco... Sem ordem judicial, nós não queríamos, de maneira nenhuma, colocar em risco a vida humana.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – General, eu vou pedir licença ao senhor para ser um pouco mais objetiva, porque, diferentemente do presidente...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – ... e do relator, nós temos tempo. E o meu tempo, inclusive, é menor ainda – 15 minutos. Então, eu vou procurar ser o mais objetiva possível e o senhor me desculpe se eu o interromper em algum momento, para que tenhamos foco na resposta e que consigamos fazer um resumo de tudo o que eu ouvi, para ver se nós compreendemos corretamente.

O senhor disse que estava aqui... Houve um documento que, inclusive, foi lido pelo presidente da CPI, logo no começo da sua fala, dizendo que os senhores estavam procurando ilícitos e que o Exército, que era o único que estaria em uma região federal e que poderia entrar, não encontrou droga, não encontrou arma, não encontrou prostituição, como foi falado, mas encontrou, sim, gambiarra de água, gambiarra de energia. Foi isso que o senhor falou?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada, ali é uma área de servidão militar. Todos os órgãos de segurança pública podiam entrar e entraram a qualquer momento. Mas nós, de concreto, só encontramos ali gambiarra de água, gambiarra de luz, gambiarra... comércio ilegal. Nada além disso. Toda vez que houve qualquer outro indício, como, por exemplo, Lei Maria da Penha... Houve duas procuras por pessoas que transgrediram lá dentro: uma foi presa; a outra não foi presa. Foi executado também um mandado de... uma tentativa de mandado de prisão, pela Polícia Civil, da pessoa que tentou fazer o atentado. Não foi encontrado. Ou seja, ali é uma área de servidão militar, onde os órgãos de segurança pública sempre tiveram acesso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, vamos deixar claro isso aqui, para que não fiquemos fazendo fantasia, porque muita gente abusa da inteligência dos brasileiros.

Aqui está sendo dito que uma área que é de servidão do Exército... É isso? É dessa maneira?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhora.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não foi encontrado droga, não foi encontrado arma, não foi encontrado prostituição.

Espero que o nosso relator deixe claro para todas as pessoas que não foram encontradas essas coisas. Diferentemente, muitas vezes, de outros lugares, como foi dito aqui.

O Lula quase não se entregou porque estava bêbado à época em que foi emitido o mandado de prisão dele. E um tanto de gente bêbada, muito diferente do que o senhor falou: que o senhor nunca pensou que fosse escutar tanto a música do *Cisne Branco*. Quem eram aquelas pessoas que cantavam *Cisne Branco*? O senhor pode só fazer uma caracterização rápida: a idade; se eram mais mulheres, mais homens; se havia crianças?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputada, como eu disse, houve momentos, até o final de novembro... Eram muitas famílias, muitas senhoras, basicamente idosos, pessoas que passavam ali, acredito que aposentados, que podiam ficar ali durante o dia. E, às vezes, criança. Aí, a partir da diplomação e do mês de dezembro, houve uma mudança. Essas famílias foram diminuindo e começaram a ficar ali pessoas mais que estavam pela...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Vulnerabilidade.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Pela vulnerabilidade. Pelas benesses que ali existiam. Nós combatemos bastante... Essas benesses foram sendo diminuídas. No final, nós tínhamos, no dia 6 de dezembro, cerca de 150 pessoas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Seis de janeiro, não é?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Janeiro. Desculpe. Janeiro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Na realidade, foi exatamente essa a fala da coronel Cintia, que disse que havia cerca de 150 pessoas acampadas e mais de 150 também em vulnerabilidade social.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Era essa a característica.

E, aí, eu falo da teoria. Foi colocado aqui. É uma teoria real. Acho que esta CPI tem que segui-la. Seguir o quê? Foi falado aqui... Há parlamentares de esquerda que disseram que havia droga, dizendo que tinha arma... O Exército brasileiro não encontrou. Então, eles eram frequentadores de lá, porque estão sabendo mais do que o Exército.

E aí vem, sim, a teoria. Eu também sigo esta teoria: quem eram os manifestantes que cometeram vandalismo? Quem eram os manifestantes para os quais foi entregue água? Quem eram esses manifestantes? Eram os mesmos? Eram os mesmos que estavam lá?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. O acampamento estava... Os ônibus chegaram no dia 7. Os ônibus que estavam ali. Tanto é, que 80% das pessoas que foram presas no acampamento são pessoas de fora de Brasília. E as outras pessoas que participaram dos atos de vandalismo lá são pessoas que saíram aqui de Brasília, mesmo. A gente tem as imagens delas entrando por meio dos ministérios.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – General, o senhor traz aqui a chave do que está acontecendo no Brasil. Só não escuta quem não quer. O senhor está dizendo que as pessoas que estavam no acampamento não tinham arma. Quem é terrorista que não tem arma? O princípio do terrorismo é trazer terror. Pessoas que estão cantando e fazendo oração? Eu quero ver agora parlamentares aqui e essa presidência ficarem falando que havia arma, porque o senhor sabe, o senhor acabou de falar que não havia. Não havia prostituição.

Eu digo isso, general, porque eu sou uma brasileira que acredito neste Brasil. Eu acredito que a democracia vem prevalecer. Eu acredito que nós brasileiros merecemos, sim, a justiça. Em todas as sessões, falo isto: "Nós não podemos ter medo". Não podemos ter medo.

Aqui está sendo declarado pelo general, que era o comandante à época, que não havia droga, não havia prostituição e que as pessoas não eram as mesmas. Não eram as mesmas. Aquelas senhoras idosas que foram presas e que estavam lá com crianças não eram as mesmas. Agora quem são essas pessoas? Aí, sim, vem essa teoria, porque há petista que sabe mais o que havia no acampamento do que as pessoas que estavam supervisionando. Como é que estão sabendo dessas coisas?

Aqui, hoje, abre-se, sim, uma linha de investigação de que essas pessoas eram infiltradas. O senhor deixa claro isso. Só não enxerga quem não quer enxergar ou quem quer continuar com a mentira, porque essa é a verdadeira mentira.

Nós temos um presidente da República infelizmente mentiroso e nós não podemos, como parlamentares do Distrito Federal, aceitar que Brasília seja palco dessa mentira e que a Polícia Militar também pegue o peso disso.

General, eu só tenho a agradecer o trabalho que foi feito, agradecer o patriotismo que as Forças Armadas têm pelo nosso Brasil. Eu não conheço toda a hierarquia, mas que cada comandante, que cada general, que cada sargento continue amando o nosso Brasil e não desista do nosso Brasil.

Da mesma forma que eu falo que na Polícia Militar não pode haver política, intervenção política, que não haja intervenção política, porque nós precisamos – eu falo aqui no lugar de mulher e de mãe – ensinar as nossas crianças o amor ao Brasil. Nós precisamos disso.

Este país é um país abençoado por Deus. Que nós tenhamos mais patriotas. E patriota não significa nome de político. Eu não sou uma defensora de nome nenhum de político. Eu sou defensora de princípios e valores. Esses princípios e valores não têm que ter cor, eles têm que ter conduta.

Presidente, eu aproveito o meu tempo aqui para fazer... Foi falado aqui, pelos parlamentares que me antecederam... Nós temos um requerimento para convocar um senhor que estava portando uma máquina fotográfica e, mais uma vez, dizendo que sigilo da fonte é outra concepção. Esse senhor estava portando uma máquina fotográfica junto com os manifestantes. Nós mostramos vídeo dele, inclusive, checando as filmagens – o senhor Adriano. Esse requerimento foi assinado por 4 parlamentares.

O gabinete do deputado Pastor Daniel de Castro fez uma consulta jurídica à consultoria da casa, e nós recebemos a resposta de que não existe, principalmente, em uma CPI, parâmetro regimental, não existe nada que possa embasar a teoria do senhor de que esse requerimento não possa ser votado.

Como foi dito aqui, eu espero que esta CPI não seja uma CPI chapa branca, não seja uma CPI que nos envergonhe aqui, no Distrito Federal, e termine em *pizza*. Que possamos enfrentar as matérias como têm que ser enfrentadas.

Eu quero pedir que esse requerimento seja pautado na próxima reunião. O senhor não tem base legal para não o colocar em votação, assim como qualquer outro requerimento. Está aqui a consulta assinada pela consultoria da casa, que nós vamos passar para o senhor.

Meu pai, quando eu era criança, falava-me uma coisa: para conhecermos as pessoas, basta dar um pouco de autoridade para elas que as verdadeiras pessoas se mostram. Eu espero que o senhor não mostre para nossa casa e para todos os nossos parlamentares que o senhor é uma pessoa autoritária e uma pessoa que não cumpre o Regimento Interno.

Então, ficam aqui as minhas palavras.

Que Deus abençoe a todos. Estejamos juntos amando o nosso Brasil. Muito grata pela presença do senhor aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Dutra, eu tenho em mãos um documento, a Ordem Fragmentária nº 5 ao Plano de Operações Cristal, que diz o seguinte:

“Situação. Desde o início das manifestações, em 31 de outubro de 2022, contrárias ao resultado das eleições presidenciais, tem-se verificado uma mudança substancial na característica e comportamento dos movimentos realizados no SMU, em especial após o dia 15 de novembro, quando foi verificada a instalação e permanência de um maior número de manifestantes na Praça dos Cristais.

Atualmente, estima-se um efetivo entre 1.000 a 1.300 pessoas dormindo no SMU, com potencial para interferirem na segurança local por meio atividades ilícitas, como consumo de álcool, prostituição, porte ilegal de arma de fogo, consumo de drogas

[...]

ambulantes e a instalação de estruturas temporárias que são ocupadas somente nos finais de semana.”

E prossegue. O documento é longo. Ao final, o documento é assinado pelo coronel Rodrigo Santos Boueri, por delegação. Ele foi delegado por V.Sa. para assinar o documento.

Portanto, quem disse que havia droga – e se havia droga, havia tráfico –, que havia prostituição e que havia porte ilegal de arma foi o Exército Brasileiro! Está aqui o documento que ficou disponibilizado para todos os deputados. Não foi nenhum deputado que inventou essa história. O documento está aqui, disponibilizado para todos os deputados.

Deputado Hermeto, V.Exa., como relator, tem direito à palavra, na hora em que quiser.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Eu citei também sobre drogas. Mas quem disse, deputada Paula Belmonte, não fui eu. Quem disse aqui, sentado nesta mesa, onde o general estava, foi o diretor de operações da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Naime. Ele disse aqui, com todas as letras, que lá havia tudo! Foi ele que disse. Aqui ninguém está fazendo juízo de valor. Eu nunca nem passei perto daquele acampamento! Eu nem sabia o que havia lá! Inclusive, até falavam: “A eleição já acabou. Se

quiserem tirar o novo presidente, que esperem e façam oposição. Em 2026, vocês tiram.”

Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passo a palavra rapidamente ao general, para que explique esse documento assinado pelo coronel Boueri.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Presidente, esse documento é uma ordem fragmentária. Se o senhor for ler, ali, na situação, para a gente contextualizar, a frase começa: “com potencial” – não está dizendo que tem. Nós vamos ter, agora, no dia 20, o Buteco do Gustavo Lima. É um ambiente que tem potencial para ter consumo de droga, que tem potencial para ter prostituição – “tem potencial”. Esse documento é um documento preventivo, para que nós nos preparemos para combater para que aquele potencial não vire realidade. Essa é a situação desse documento. É uma ordem fragmentária. É uma ordem que faz parte do nosso processo de tomada de decisão, de exame de situação pelo comandante, onde nós fazemos a análise de situação, verificamos o que pode vir a acontecer e, de maneira proativa e preventiva, nós evitamos. Então, a frase que o senhor leu se inicia com a expressão “com potencial”. No dia 20 de maio, haverá, no Mané Garrincha, o *show* do Gustavo Lima. Com todo o respeito ao Gustavo Lima – sou fã dele –, é um ambiente “com potencial” para ter uso de droga. Com certeza, a Polícia Militar estará lá para coibir esse uso de droga, para coibir os ilícitos, como, por esse documento, eu determino que as tropas do Comando Militar do Planalto, em coordenação com a Secretaria de Segurança Pública, estejam atentas ao potencial. É isso esse documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General, só que no documento está transcrito “situação”.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Exato, com potencial.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas não há a palavra “potencial”.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Há, sim, senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – “Desde o início das manifestações, em 31 de outubro de 2022, contrárias ao resultado das eleições presidenciais, tem-se verificado uma mudança substancial na característica e comportamento dos movimentos realizados no Setor Militar Urbano, em especial após o dia 15 de novembro, quando foi verificada a instalação e permanência de um maior número de manifestantes na Praça dos Cristais.

Atualmente, estima-se um efetivo entre 1.000 e 1.300 pessoas dormindo no Setor Militar, com potencial para interferirem na segurança pública...” O “potencial” é para segurança pública.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Então. Interferir...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continuando: “local por meio de atividade ilícita”. Ponto final. Seguindo: “como consumo de álcool, prostituição, porte ilegal de arma de fogo, consumo de drogas”. Tudo pontuado.

Portanto, há um documento oficial afirmando isso.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sem problema, presidente.

Agradeço ao general Dutra. Obrigado por permanecer nesta CPI e se colocar à disposição dela.

Para dar início às perguntas, acho que é importante resgatarmos somente o que nos colocou aqui. Eu quero fazer uma pergunta para, de fato, termos isso conceitualmente amarrado. Qual é a tipificação – ou como classificamos – um grupo de pessoas que se reúne, organiza e monta uma bomba, planeja colocá-la dentro de um caminhão-tanque em um aeroporto da capital de um país? Qual é o nome que damos para isso?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Criminosos?

DEPUTADO MAX MACIEL – No mundo, isso se chama ato terrorista. No mundo, isso é um ato terrorista.

O que nós estamos chegando, na CPI, general, é à maior ação descoordenada mais bem sucedida da história recente brasileira, porque foi um plano que fizeram e ninguém seguiu; um contingente que deveria estar de sobreaviso e não estava; um pedido para desmobilizar acampamento que foi impedido; um pedido da justiça que nunca chegou. A tese que fica na minha mente, pessoalmente, deputado, é que o golpe não aconteceu pela incompetência de quem quis fazer. Se eles tivessem um milímetro a mais de competência, estaríamos em outro cenário no Estado democrático brasileiro hoje.

As pessoas – está aqui, datado da imprensa, em novembro – não vieram para uma marcha para cantar *Cisne Branco*. Não era o encontro da melhor idade em saudação ao Exército Brasileiro. Foi, deliberada e nacionalmente, puxado um grande movimento de ocupação dos quartéis em Brasília, a fim de se reunir no QG do Exército Brasileiro, para pedir intervenção militar.

O depoimento do Sr. George Washington à Delegacia de Polícia Civil diz – ele pode ter sido preso no Sudoeste, mas ele diz – “Que o atentado nasceu em conversas no acampamento montado frente ao QG do Exército, com apoiadores do então presidente Bolsonaro”.

Isso é importante dizer, porque não foi um ato voluntário para nada do que nós estamos dizendo aqui: de reza, de canto. Eu acho que isso alivia a situação. São, sim, terroristas. Não estou falando de todos que estão lá, porque muitos podem ter sido levados, mas havia uma narrativa precisa de discordância de um ato democrático, que é a eleição neste País.

Então, dita essa introdução, general, eu gostaria de colaborar com algumas perguntas no tempo que nós temos. O Sr. Joveci Xavier de Andrade, aqui, na sétima reunião, no dia 13 de abril, disse: “Que no QG viu uma equipe do Exército fardada dentro do acampamento, como se estivesse fazendo a segurança”. Pergunto: se isso de fato aconteceu, qual era o efetivo turno? Aconteciam relatórios de cada turno ao comando?

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Max Maciel, boa tarde. Nós, desde o dia 31 de outubro, determinamos a ativação do Plano de Operações Cristal. Esse plano que o presidente acabou de ler – uma ordem fragmentária dele –, no qual nos preocupamos muito com a manutenção da integridade do SMU. Então, aquelas atividades – que não foram consideradas ilegais por nenhuma das instituições que teriam a atribuição ou o direito de fazer isso – estavam ali, dentro de uma área de servidão militar. Ali no SMU moram cerca de 10 mil pessoas, trabalham outras cerca de 5 mil pessoas, ou seja, há um fluxo diário de entrada e de saída de 15 mil pessoas mais ou menos – dia –, no SMU. E nós tínhamos que disciplinar aquele movimento. Então, houve, sim, emprego de tropa com o sentido de disciplinar, com o sentido de coibir o potencial crime que poderia acontecer. E houve, realmente, a presença de tropa no meio da praça para que os manifestantes não transgredissem, não tivessem facilidade, não pudessem transgredir a lei.

DEPUTADO MAX MACIEL – General, com muito respeito ao Exército Brasileiro...

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – Mas é um fato histórico que aconteceu. No dia 11 de novembro, comandantes das Forças Armadas assinaram uma nota que classificou as manifestações golpistas em frente aos quartéis como manifestações legítimas. Na sua opinião, o senhor não acha que isso estimulou essas manifestações a permanecerem por mais tempo?

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado, como o senhor mencionou, foram os comandantes das forças que assinaram. Eles estão em outro nível. Eu tenho que me ater à minha cadeira, ao meu nível de análise. Eu não tenho acesso aos documentos, às situações. Eles analisaram aquela situação. Outras instituições não manifestaram que aquele ato era ilegal, e houve essa manifestação. Eu não me sinto com competência para analisá-la.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado. Diante do que a deputada Paula Belmonte colocou, me veio aqui uma pergunta: na sua opinião, o dia 8 foi obra de infiltrados?

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Eu tenho que me ater a fatos. Os fatos são: que cerca de 20 mil pessoas, de maneira insana, quebraram as instalações públicas, agrediram as sedes dos Poderes e fizeram umas coisas inimagináveis, um dia muito triste para a história do nosso Brasil.

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado, general. No seu depoimento aqui, e eu o corroboro, nós sempre dizemos que a nossa Polícia Militar é eficiente, preparada. Diante da informação de que o Comando da Polícia Militar toma uma decisão de desmobilizar o acampamento – certamente, tinha informações da inteligência do que poderia estar acontecendo no acampamento que justificasse a desmobilização –, impedir essa ação discricionária da polícia não seria uma forma de coibir uma ação e prevenção do ato do dia 8, mesmo com a ausência judicial de um pedido?

SR. GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Mas nunca houve essa... O protocolo de ação integrada do dia 29 previa o combate aos ilícitos. Eu mostrei mais cedo para os senhores qual a diferença de uma ação que vai contra o ilícito e uma ação que vai para a desmobilização do acampamento.

DEPUTADO MAX MACIEL – A polícia nunca chegou com uma tropa na perspectiva de desmobilizar o acampamento?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nunca combinou conosco.

DEPUTADO MAX MACIEL – É por isso que fiz aquela fala no início...

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – E os documentos... O senhor me desculpa, nunca combinou, e os documentos assinados pelo secretário de segurança pública enviados pelo protocolo de ação integrada eram para o combate ao ilícito.

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso só colabora com o que já afirmamos de que esta foi a ação descoordenada mais bem-sucedida da história recente que vimos descobrindo aqui. General, quantos militares do Batalhão da Guarda Presidencial havia de prontidão no dia 8?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Nós tínhamos de prontidão no Batalhão da Guarda Presidencial uma companhia, um grupo de 120 homens. Na base do CMP, outro grupo de 120 homens. Desde o início da manifestação, nós mantínhamos nessa situação de prontidão no SMU 2 companhias, ou seja, 2 grupos de 120 homens para intervir em eventuais necessidades no SMU.

DEPUTADO MAX MACIEL – É importante que o senhor diga, ainda temos um tempo, qual o papel do BGP.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Batalhão da Guarda Presidencial é um batalhão vocacionado para a segurança das instalações da Presidência da República, seja o Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Jaburu e a Granja do Torto.

DEPUTADO MAX MACIEL – Então podemos afirmar, como já vimos reiteradamente dizendo, que não é competência do BGP, nem do CMP, fazer a segurança da Esplanada?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não.

DEPUTADO MAX MACIEL – Isso é importante para que os fatos se juntem, de que havia a necessidade de efetivo.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O Exército não pode empregar tropa na rua sem a decretação em um GLO. (*sic*)

DEPUTADO MAX MACIEL – Obrigado. O senhor poderia afirmar, diante do que assistimos, general – é importante colocar para a população –, que a nossa tropa alocada no BGP ou no CMP estão bem treinadas para esse tipo de operação e situação?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – As tropas têm... Durante o nosso ano de instrução, há o período de adestramento, e as tropas basicamente desses batalhões de Brasília têm um adestramento no sentido de operações de controle de distúrbios. Nós temos tropas, temos armamentos, temos equipamentos para isso. No entanto, só posso empregar tropa, seja nas instalações presidenciais, seja na rua, mediante demanda. Nas instalações

presidenciais, mediante demanda do Gabinete de Segurança Institucional. Na rua, mediante um decreto presidencial de Garantia da Lei e da Ordem.

DEPUTADO MAX MACIEL – No dia 8, havia 2 turnos de 120, se não me engano.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Sim, senhor.

DEPUTADO MAX MACIEL – Eu gostaria de passar um vídeo, por favor – o vídeo nº 3 –, para entendermos e para que o senhor explique o que aconteceu nesse momento.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Você poderia dizer o que aconteceu? Porque quem faz o comando, se eu não me engano, é um oficial do BOPE, certo?

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Não. Ali o senhor tem a imagem do pelotão que estava lá. Às 11 horas e 54 da manhã, do dia 8, o GSI solicitou o reforço de um pelotão, 36 homens. Então, aquele pelotão era a única tropa do BGP em condições de combater – que estava com equipamento e armamento de controle de distúrbio – quando os manifestantes chegaram. O pelotão, como eu falei, tem 36 homens, tem a dotação de munição, munição menos letal – que foi a basicamente usada. Esse pelotão teve um primeiro combate com os manifestantes no estacionamento oeste do Palácio do Planalto – o senhor deve ter visto as imagens das pessoas descendo, os manifestantes descendo e começando a entrar no Palácio do Planalto pelo estacionamento oeste –, ali na rampa que vem do Ministério da Justiça. Esse pelotão ali tem um primeiro combate, ele gasta grande parte da sua munição menos letal. Ele retrai para aquela cena primeira que o senhor mostra, ele está naquele corredor térreo do Palácio do Planalto; aqui à esquerda dele está o laguinho, a Esplanada; à direita dele está o Planalto com o vidro, ele está ali embaixo. A polícia já entrou conosco ali. Acaba a munição desse pelotão, ele fica sem munição. Porque era somente um pelotão, usou tudo. Eram cerca de 3 mil manifestantes. A coordenação com a Polícia Militar – a cooperação – sempre foi muito grande. A Polícia Militar sede munição para esse pelotão. O senhor vê o pelotão sendo ressuprido. O pelotão pega a munição e volta para o combate. Mas, nesse momento, já estavam chegando as outras companhias do BGP.

DEPUTADO MAX MACIEL – Qual o tempo de resposta? Em média.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Esse pelotão foi acionado às 11 horas e 54 da manhã e chegou ao Palácio do Planalto às 12 horas e 30. À companhia que nós tiramos do Palácio do Plan... que tiramos do SMU, acho que em torno de 14h40, mais ou menos, nós demos a ordem para ir pra lá, chegou no Palácio do Planalto – se não me equivoco – em torno de 15 horas e 10. Eu não tenho... mas é em torno disso.

DEPUTADO MAX MACIEL – Presidente, meu tempo já encerrou.

Agradeço ao general Dutra. Obrigado.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Obrigado, deputado Max Maciel.

General Dutra, uma das últimas indagações que eu faço ao senhor, é que vi que o senhor aqui reagiu até de maneira indignada, quando foi falado o nome de um cidadão que estava pregando o golpe, dizendo que falava em nome das Forças Armadas. Refiro-me ao major Ailton. Eu queria que o senhor explicasse direitinho a situação desse cidadão, porque eu vi que o senhor reagiu indignado com essa provocação dele.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – O major Ailton é uma pessoa de quem eu não vou emitir juízo de valor com relação ao seu caráter; mas eu resumiria, presidente, que ele foi expulso do exército por ser considerado indigno para a profissão militar, uma profissão que pauta a sua conduta em um código de lealdade, verdade, responsabilidade e probidade. Esse homem não se mostrou à altura desses valores e princípios, deputado, e foi expulso. Deputada, o processo de expulsão, se não me equivoco, começou em 2006 e foi concluído no Superior Tribunal Militar em 2014. Mas eu não assino isso em pedra, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Certamente, era mais um extraterrestre que falava que em nome do Exército Brasileiro.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É uma pessoa que não pode falar em nome do Exército.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Outra coisa que eu queria que o senhor esclarecesse, porque ficou uma dúvida para as pessoas que estão assistindo a nós. Até a vinda do senhor hoje, todos nós tínhamos como certo que aquele local onde estava o acampamento era área militar. O senhor disse que é uma área de servidão. Portanto, eu queria que o senhor nos esclarecesse o que é área militar e o que é área de servidão.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Área militar são as áreas dentro dos quartéis, as áreas destinadas à instituição militar, as áreas onde o exército tem o seu poder de atuação. Área de servidão é tipicamente a Praça dos Cristais. É uma área pública, uma área do Distrito Federal que está em área militar, que está próxima aos quartéis e que pode, de alguma maneira, interferir nas atividades dos quartéis. No entanto, é uma área que hoje, agora, se Deus quiser, vai voltar à normalidade. É uma das áreas mais buscadas em Brasília para as pessoas que gostam de aproveitar o pôr do sol. Outro dia eu estava vendo um documentário lá, e a equipe que estava filmando o documentário trazia crachá de autorização do governo do Distrito Federal, ou seja, é uma área do Distrito Federal dentro do setor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Digamos que seja uma área mista. Tanto o governo local pode intervir quanto o exército, se quiser, poderá intervir também.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – É uma área nossa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – General Henrique Dutra, quero agradecer a presença do senhor, que foi muito valorosa para o que queremos, que é o esclarecimento para chegarmos à verdade. Quero também agradecer à equipe do senhor. Estão aqui os generais e os coronéis que trataram o assunto conosco desde o primeiro momento da vinda do senhor. Nós garantimos que o senhor seria tratado como um homem que veio para nos ajudar a esclarecer a verdade. Em alguns momentos as perguntas são mais contundentes e tem que ser assim. O senhor que já serviu em vários locais sabe como funciona.

Portanto, quero agradecer a presença do senhor e a do general, chefe da assessoria parlamentar do Exército Brasileiro. Peço ao senhor que transmita o nosso agradecimento ao general Tomás e diga a ele a admiração que temos por ele neste momento – creio que, nesse caso, falo por toda a CPI –, do comportamento exemplar que ele tem tido de trazer o Exército Brasileiro efetivamente à posição que ele tem na defesa da Constituição, na defesa da soberania nacional sem interferir nas questões internas da política brasileira.

O nosso presidente deputado Wellington Luiz esteve aqui o tempo todo, saiu e fez questão de voltar para o encerramento. Essa é a demonstração efetiva do apreço que temos e do quanto foi importante o depoimento do senhor.

O senhor está com a palavra para as considerações finais e os agradecimentos.

GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES – Deputado Chico Vigilante, presidente da CPI, deputado Hermeto, deputado Wellington Luiz, presidente desta casa, senhores deputados, eu gostaria de agradecer a maneira cordial e fidalga com as quais fui recebido. O Exército Brasileiro pauta suas atividades na transparência e na verdade. Nós estamos igualmente indignados, deputado, com tudo o que aconteceu. O dia 8 é um dia lamentável para a história do Brasil. Espero que os senhores tenham muito sucesso no levantamento dos fatos. Com certeza, como os senhores disseram, fatos como esses não se repetirão na história do nosso Brasil. Então, agradeço, deputado, a maneira como fui tratado e a oportunidade de expressar a nossa visão como comandante militar do Planalto. Agradeço ao senhor por ter recebido a nossa coletânea de documentos onde estão os ofícios, onde estão as ordens do Ministério Público, as orientações, as respostas, as coordenações com a Secretaria de Segurança Pública. Eu gostaria de, mais uma vez, demonstrar o meu respeito e admiração pela Secretaria de Segurança Pública e pela Polícia Militar do Distrito Federal, nas pessoas do delegado Júlio Danilo, do coronel Fábio Augusto e da coronel Cintia, com quem tivemos muitas atividades de êxito ao longo do ano passado. Da mesma maneira, a Secretaria de Segurança Pública e o Comando Militar do Planalto continuam atuando juntos em Brasília,

porque houve o 8 de janeiro, mas a vida não para e as atividades continuam acontecendo. Muito obrigado a todos os senhores. Uma boa tarde. Estamos à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao senhor.

Deputado Wellington Luiz, V.Exa., como presidente da casa, tem a palavra final.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Muito rapidamente, até por conta do horário, mais uma vez quero parabenizar esta CPI e seus integrantes, o presidente e o relator, pelo excelente trabalho, pela isenção com que têm tratado essas matérias.

Pode ter certeza, general, que a sua vinda aqui muito nos honra pelo respeito que o senhor demonstrou a esta instituição e pela credibilidade que o senhor deixa aqui, hoje, com as suas palavras, com a sua postura.

Para mim, que um dia passei pelo Exército, é um prazer ter V.Sa. aqui, representando o Exército Brasileiro da forma como representou.

Que Deus o abençoe.

Muito obrigado ao senhor e a todos que o acompanham. Fica aqui o nosso abraço.

Tenha a certeza de que, pelo menos a mim, o senhor convenceu, letra a letra, pelo que o senhor colocou aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado a todos os deputados pela presença nesta reunião.

Tendo cumprido a pauta e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 12ª Reunião Ordinária desta CPI, às 14 horas, 34 minutos e 23 segundos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h34min.)



Documento assinado eletronicamente por **VENESSA DE CARVALHO COSTA - Matr. 12534, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 19/05/2023, às 15:20, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 19/05/2023, às 15:23, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1177569** Código CRC: **C386C120**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1177569v24